Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins

Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2013

PALMAS (TO) 2014

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins

Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, e das orientações do órgão de controle interno.

PALMAS (TO) 2014

RUBERVAL GOMES DA SILVA
Superintendente Regional

DANIEL MARTINS FELZEMBURG
Chefe da Procuradoria Federal Especializada

EDER PEREIRA LUCINDA
Chefe da Divisão de Administração

LUIZ AMADO PEREIRA JÚNIOR
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

BENJAMIM AURÉLIO MENDES
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

ELEUSA MARIA GUTEMBERG
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Missão

Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

Visão

Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada 15
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada 15
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações 17
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia 17
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão 21
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária 21
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações 21
3.1.2 Cartografia 25
3.1.3 Territórios Quilombolas 27
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor 27
3.1.5 Indicadores 28
3.1.5.1 Indicadores TCU 29
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento 30
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações 30
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas 36
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente 36
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados 37
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária 37
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor 37
3.2.7 Indicadores 39
3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal 41
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento 42
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações 42
4. Prestação Direta de Serviços ao Público 60
4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo 60
4.2 Principais atividades de controle do Gestor 60
5. Gestão de Pessoas 62
5.1 Distribuição de servidores 62
5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR 62
5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem 62
5.4 Recursos humanos da unidade 64
5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos 64
5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas 64
5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados 65
5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa 66
5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços 67
5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício 69
5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal 69
5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal 70

6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil 71
6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres 71
6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR 73
6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber 74
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR 77
7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão 78
7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência 78
7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos 79
7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações 79
7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceleiros e dos empréstimos concedidos 79
7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais 80
8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas 81
8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício 81
8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno 91
9. Ouvidoria 93
9.1 Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo 93
10. Correição 96

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Programas e ações.....18
Tabela II – Relação de Imóveis Indenizações Empenhadas 25
Tabela III - Relação de Imóveis Indenizações Restos a Pagar.....25
Tabela IV - Imóveis Vistoriados no exercício de 2013.....32
Tabela V - Áreas Obtidas em 2013 33
Tabela VI – Atividades do Serviço de Meio Ambiente 34
Tabela VII – Acampamentos 2013.....36
Tabela VIII -Descontos do passivo ambiental por imóvel rural objeto de obtenção onerosa.....36
Tabela IX – PA's criados/2013 41
Tabela X – Obras contratadas em 2013 45
Tabela XI Obras Iniciadas em Exercícios Anteriores e Concluídas em 2013 46
Tabela XII – Vistoria da Situação Ocupacional.....48
Tabela XIII – Serviços Topográficos em Execução com Restos a Pagar 50
Tabela XIV – Projetos Básicos 53
Tabela XV – Distribuição de Servidores.....62
Tabela XVI – Capacitações/2013.....63
Tabela XVII – Prospecção de Aposentadorias.....69
Tabela XVIII – Convênios com prazo de vigência expirado 73
Tabela XIX – Plano de ação cobrança crédito instalação 75
Tabela XX – Cronograma módulo cobrança do título 76
Tabela XXI – Dispensas de TCE 80
Tabela XXII– TCE Pendente de Instauração 80
Tabela XXIII – TCE Instauradas/2013 80
Tabela XXIV – Ações revisadas no exercício de 2013.....82
Tabela XXV – Ações revisadas no exercício de 2013 85
Tabela XXVI – Convênios firmados no exercício de 2013 91
Tabela XXVII – Documentos Recepcionados OAR/TO 93
Tabela XXVIII - Documentos Expedidos pela OAR/TO 93
Tabela XXIX - Reuniões OAR/TO.....94
Tabela XXX– Processo Cadastrados no CGU-PAD.....97
Tabela XXXI –Processo Cadastrados no CGU-PAD 97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual 15
Quadro 2- Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária 21
Quadro 3- Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar 21
Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária. 29
Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária. 30
Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar 31
Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos. ..39
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....42
Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar. 43
Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. 56
Quadro 11-Composição do quadro de servidores ativos.....64
Quadro 12- Composição do quadro de servidores inativos.....64
Quadro 13 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....65
Quadro 14-Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....65
Quadro 15 - Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.....66
Quadro 16 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....67
Quadro 17 - Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão. 69
Quadro 18 - Indicadores Gerenciais sobre Pessoal. 70
Quadro 19- Demonstrativo de transferências recebidas e realizadas no exercício. 71
Quadro 20 - Informações sobre transferências realizadas.....73
Quadro 21 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 78

LISTA DE FIGURA

Figura I – Montantes Arrecadados INCRA/2013 76

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CDR - Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DA - Diretoria de Gestão Administrativa
DD- Diretoria de Gestão Administrativa
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DD - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ - Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS - Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI - Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB - Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC - Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB - Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de RePA’sse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC - Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT - Sistema de Protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SR(26)A - Divisão de Administração
SR(26)D - Divisão de Desenvolvimento
SR(26)F - Divisão de Obtenção de Terras
SR(26)T -Divisão de Obtenção de Terras
SR(26)TO - Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins - SR(26)TO - é um instrumento governamental de transparência das ações desenvolvidas no exercício e de prestação de contas à sociedade. O balanço das atividades realizadas no exercício financeiro de 2013 detalha os trabalhos executados e contribui para a publicidade dos atos de gestão, permitindo aferir se os objetivos e metas estabelecidos pela Autarquia foram alcançados.

O relatório foi elaborado de acordo com a Parte C, Unidades Jurisdicionadas com Relatório de Gestão Customizado, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 05 de maio de 2013, bem como a Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013.

A dotação orçamentária autorizada para a SR(26)TO - conforme a Lei Orçamentária Anual e o Anexo II, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários 2013, da Agenda de Gestão, com os posteriores ajustes decorrentes do Decreto nº 8.062, de 29 de maio de 2013, e da Portaria MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013 - foi de R$ 8.029.371,67 (oito milhões, vinte e nove mil trezentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos). Desse montante, R$ 3.179.325,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil trezentos e vinte e cinco reais) foram consignados no Plano Orçamentário de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos, esse valor corresponde a 39,60% da dotação orçamentária autorizada.

No decorrer do exercício, foram provisionados créditos orçamentários no montante de R$ 18.254.581,83 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e três centavos), que correspondem a 227,35% da dotação orçamentária autorizada. Foram empenhados R$ 17.856.765,03 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais e três centavos) e pagos R$ 6.574.386,06 (seis milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e seis centavos), resultando em 36,82 % de execução orçamentária, com inscrição de R$ 11.281.633,34 (onze milhões, duzentos e oitenta e um mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) em restos a pagar.

No exercício, os créditos orçamentários relacionados ao pagamento de indenização de benfeitorias de imóveis em áreas remanescentes de comunidades quilombolas, bem como os de imóveis rurais para implantação de projetos de assentamentos - conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários - foram centralizados no INCRA/Sede, sendo que as provisões desses créditos a SR(26)TO ocorreram mediante demandas apresentadas durante o exercício.

Também vale registrar que foram provisionados e executados no âmbito da Regional créditos orçamentários referentes a ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, como: Documentação da Trabalhadora Rural, Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, Prevenção de Tensão Social e Violência no Campo e Mediação de Conflitos Agrários.

Essas provisões totalizaram o montante de R$ 9.819.566,85 (nove milhões, oitocentos e dezenove mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) o que provocou, a princípio, distorções significativas em relação aos créditos iniciais autorizados no Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários.

Nos últimos exercícios vem ocorrendo mudanças na estrutura e nas atribuições da Autarquia, visando aperfeiçoar o processo de reforma agrária, bem como a questões de ordenamento da estrutura fundiária. Nesse ambiente a instituição está desenvolvendo ferramentas de tecnologia da informação para dar suporte aos trabalhos.

Nesse contexto, merece destaque a entrada em funcionamento do Sistema de Gestão Fundiária/SIGEF, que vem revolucionando o serviço de certificação de imóveis rurais prestado pelo INCRA. A nova ferramenta de gestão da malha fundiária brasileira confere mais agilidade,

transparência e segurança ao processo de certificação, substituindo de vez os processos em papel, anteriormente abertos nas superintendências do INCRA. Os técnicos credenciados responsáveis pelo serviço de georreferenciamento acessam o SIGEF na internet e enviam o arquivo digital com os dados cartográficos dos imóveis.

Também outro aspecto importante nesse contexto de mudanças é a descentralização das atividades relativas à reforma agrária, envolvendo outros órgãos federais e prefeituras no processo e conferindo ao INCRA condições de dedicar-se exclusivamente ao que lhe deveria caber, isto é, prestar assistência aos agricultores nos assentamentos.

Assim, demandas das famílias assentadas como: energia elétrica, água, construção/reforma de moradias, serão atendidas por meios do programas Luz para Todos, Água para Todos e Minha Casa Minha Vida Rural/ MCMV. Caberá ao INCRA encaminhar as demandas das famílias com as coordenações estadual e nacional dos respectivos programas federais, bem como buscar parcerias junto aos estados e municípios para instalar a infraestrutura em estradas vicinais.

Com a criação pelo INCRA do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia/PPCADI-Amazônia, denominado "Programa Assentamentos Verdes", ainda no exercício de 2013 foi firmado termo de compromisso entre o Instituto e o Ministério Público Federal/MPF que estabelece um novo marco na implantação e estruturação de assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal. Dentre as metas estabelecidas estão a regularização ambiental de assentamentos por meio do Cadastro Ambiental Rural/CAR, titulação de famílias, ampliando a segurança fundiária e aumentando a capacidade de controle sobre essas áreas.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 -Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		**Código SIORG**: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: SR(26)TO			
Código SIORG: 4148	**Código LOA:** 49201	**Código SIAFI:** 373085	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral		**Código CNAE:** 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(63) 3219-5200	63) 3219-5201	(63) 3219-5205
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: 302 Norte, Alameda 01, Lote 01-A, Plano Diretor Norte. CEP 77.006-336 Palmas (TO)			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
✓Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA ✓Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA ✓Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 95, de 8 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991, com definição de competências atribuídas pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009, e Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial n° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, nº 68 de 9 de abril de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
✓Manual Operacional de ATES 2008 - Norma de Execução INCRA Nº 78/2008 ✓Lei Nº 12.188, de 11/01/2010; ✓Decreto Nº 7215, de 15/06/2010; ✓Portaria MDA Nº 35, de 16/07/2010; ✓Portaria INCRA Nº 581/2010; ✓Nota Técnica INCRA/DD/Nº 01/2010 e Nota Técnica Conjunta INCRA/DD e DA/Nº 01/2010 ✓Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária - Junho de 2006 ✓Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Norma de Execução INCRA Nº 52/2006 ✓Manual de Operações do PRONERA - Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 ✓Portarias MDA Nº 05, 06 e 07/2013, publicadas no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2013 ✓Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - 3ª Edição/ 2013			

✓Manual de Orientação - Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – Abril/2002 ✓Manual de Cadastro Rural-Instrução Normativa Nº 66/ 2010 ✓Manual de Fiscalização Cadastral- Instrução Normativa INCRA Nº 28/2006 ✓Norma de Execução INCRA Nº 105/2012 ✓Norma de Execução INCRA Nº 107/2013

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
133084	Unidade Avançada de Araguaína
373079	Unidade Avançada de Gurupi
373086	Unidade Avançada de Araguatins
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
37201	Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

No exercício financeiro de 2013, o INCRA teve como instrumento orientador para a execução de suas atividades a Agenda de Gestão composta pelas peças técnicas: Plano de Ação para o biênio 2013/2014, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários 2013 e Metas de Avaliação Institucional, que orientaram a execução dos programas e ações sob a responsabilidade da Autarquia.

A Agenda de Gestão foi elaborada partir das demandas apresentadas pelas Superintendências Regionais, que foram discutidas em oficinas de planejamento realizadas em várias cidades pólos, sendo analisadas posteriormente pela Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA/Sede. Após sua elaboração, a referida agenda foi pactuada entre o Presidente do INCRA e os Superintendentes Regionais, com a publicidade para conhecimento e acompanhamento da sociedade.

Diferentemente dos planos anteriores, a Agenda de Gestão tem um horizonte temporal de dois anos, sendo pautada pelo PPA 2012-2015, Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual, Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013, e diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central de Planejamento.

Assim, nesse cenário foram estabelecidas diretrizes estratégicas para a Autarquia, que refletiram nas atividades executadas pelas Regionais. Abaixo, descrição das diretrizes estabelecidas para o exercício 2013:

Tema - Desenvolvimento dos Assentamentos: Desenvolver as ações organizadas em "rotas" de articulação de políticas públicas

- Rota Brasil Sem Miséria/BSM para superar a pobreza nos assentamentos priorizados, garantindo renda, habitação, infraestrutura (estradas , água e luz), ATES e fomento MDS;
- Rota Assentamentos Verdes para promover a recuperação ambiental e combater o desmatamento, associado a geração sustentável de renda nos assentamentos, regularização fundiária e ambiental;
- Rota Estruturação Produtiva para promover organização e agregação de valor na produção, estimulando a comercialização e a ampliação de renda produtiva.

Tema - Obtenção de Terras e Implantação de novos Projetos de Assentamento:

- Atender aos novos parâmetros de definição de regiões prioritárias para obtenção de terras (concentração de pobreza rural, concentração fundiária, demanda social fundamentada, disponibilidade de políticas públicas);
- Garantir a implementação do novo rito de obtenção de terras, incorporando estudos de viabilidade, parâmetros de custos por família e uma rota de implantação do assentamento (articulada com a área de Desenvolvimento);
- Integrar a seleção de beneficiários ao cadastramento no CAD-Único - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - desde o acampamento, possibilitando o acesso a políticas de inclusão social e de cidadania.

Tema - Melhoria da Governança Fundiária:

- Consolidar o marco normativo de ordenamento da estrutura fundiária no Incra;
- Qualificar e integrar a gestão de informações fundiárias;
- Aprofundar parcerias federativas e interinstitucionais (com órgãos federais, estaduais e cartórios) ;
- Ampliar a transparência de procedimentos e informações;
- Qualificar e agilizar produtos e serviços para a sociedade, investindo em tecnologia da informação;
- Definir parâmetros e estratégias para a fiscalização e a atualização cadastral
- Qualificar a política de controle de aquisição de terras por estrangeiros
- Aprimorar os processos de identificação, delimitação e titulação de comunidades remanescentes de quilombos.

Tema - Gestão:

- Qualificar informações e promover integração de bases de dados;
- Monitorar e avaliar metas e marcos do plano de ação;
- Conferir transparência e dar publicidade a ações e resultados desenvolvidos pelo INCRA;
- Ampliar a eficiência operacional na execução orçamentária e física;
- Melhorar os ambientes, valorizar a produção dos servidores e estabelecer processos eficientes de trabalho.

O Plano de Ação para o biênio 2013/2014, o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários 2013, bem como os critérios de distribuição dos créditos orçamentários para cada Superintendência Regional, foram aprovados por meio da Resolução INCRA Nº 12, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte.

Conforme as orientações e as diretrizes da Agenda de Gestão para o biênio 2013/2014 e considerando a dimensão política do planejamento governamental, as atividades da SR(26)TO estão inseridas no nível de gestão tático-operacional.

Assim, no tocante ao desenvolvimento das políticas públicas de Reforma Agrária e do Ordenamento da Estrutura Fundiária, a SR(26)TO executou recursos referentes a 29 (vinte e nove) planos orçamentários relacionados à ações de 04 (quatro) programas governamentais, conforme descrito na Tabela dos Programas e Ações a seguir:

Tabela I - Programas e ações

Programa	Ação	Plano Orçamentário
2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	2000 – Administração da Unidade	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
		Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário
		Administração da Unidade
2012 - Agricultura Familiar	210S - Assistência Técnica e Extensão Rural Para Reforma Agrária	Formação e Capacitação de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural

		Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária
	210W - Apoio a Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	Brasil Sem Miséria - Documentação da Trabalhadora Rural
2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	Regularização Fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas
		Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas
2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	Supervisão e Fiscalização de Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
		Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento
		Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol
		Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento
		Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
		Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
		Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais
		Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento
		Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
		Supervisão Ocupacional de Projetos e Projetos de Assentamento
	2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
	210U - Organização da Estrutura Fundiária	Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional
	210T - Promoção da Educação no Campo	Educação de Jovens e Adultos no Campo
		Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social
		Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
	211B - Desapropriação de Imóveis Rurais Para Reforma Agrária	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária
	210R - Assistência Social e Pacificação No Campo	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas
		Prevenção de Tensão Social e Violência no Campo
		Mediação de Conflitos Agrários
	211C - Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei	Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária Nacional

	11.952, De 2009	Regularização Fundiária - Identificação e Desintrusão

Fonte: SIAFI/Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários/2013.

No item 3, Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão, serão detalhadas e demonstradas a execução física e orçamentária dos planos orçamentário descritos na tabela acima.

Por fim é necessário informar que no exercício financeiro de 2013 ocorreram duas revisões do Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários e distribuição dos limites para empenho dos créditos orçamentários, que foram conduzidas pelas diretorias responsáveis por cada ação.

3.Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 2-*Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (unidade)	2.121	3.771	37.839,64	34.918,29	25.928,14	25.928,14	8.990,15
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (unidade)	4	-	7.086,18	6.586,18	6.586,18	6.586,18	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	1.934	2.096	105.413,49	102.817,24	83.760,09	83.760,09	19.057,15
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	2.936.121,34	2.936.121,34	0,00	0,00	2.936.121,34

Fonte: SIAFI/2013, Módulo de Monitoria e Avaliação, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários/2013 e http://wiki.incra.gov.br.

Quadro 3- *Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar**[1]

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (unidade)	-	-	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00

[1] * Incluem restos a pagar processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	10.754,00	0,00	10.641,00	113,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	-	4.000,00	0,00	3.000,00	1.000,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	7.024,031	3.643.314,74	0,00	3.643.314,74	0,00

Fonte: SIAFI/2013, Módulo de Monitoria e Avaliação, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários/2013 e http://wiki.incra.gov.br.

Ação 2105 - Plano Orçamentário de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 131.667,00 (cento e trinta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), contudo foram provisionados R$ 37.839,64 (trinta e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) que representam 28,74% do valor inicialmente programado. A Unidade empenhou R$ 34.918,29 (trinta e quatro mil, novecentos e dezoito reais e vinte e nove centavos), dos quais foram pagos R$ 25.928,14 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e quatorze centavos), que representam 74,25% de execução orçamentária[2], sendo inscritos em restos a pagar R$ 8.990,15 (oito mil, novecentos e noventa reais e quinze centavos).

A meta física programada para o exercício era de gerenciar 2.121 (dois mil cento e vinte e um) imóveis rurais, contudo foram gerenciados (atualizações cadastrais) 3.771 (três mil setecentos e setenta e um) imóveis, que representam execução de 177,79 % da meta física prevista.

É importante relatar que o indicador utilizado para aferir a execução da meta física da ação é imóvel gerenciado. Esse indicador é captado pela quantidade de imóveis rurais que tiveram algum tipo de atualização de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Vale mencionar que qualquer tipo de atualização no SNCR depende da solicitação dos interessados (proprietários, arrendatários, detentores de posse entre outros), uma vez que os dados a serem alterados são declaratórios.

Dessa maneira, registra-se que a execução da meta física pode sofrer distorções em relação ao planejado inicialmente, pois a mesma fica condicionada ao comparecimento dos interessados a uma unidade do INCRA ou às Unidades Municipais de Cadastramento – UMC instaladas nos municípios para atualizar os dados cadastrais das propriedades rurais.

Ação 210U – Plano Orçamentário de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 5.423,00 (cinco mil, duzentos e quarenta e três reais), contudo foram provisionados R$ 7.086,18 (sete mil, oitenta e seis reais e dezoito centavos) que representam 130,67% do valor programado. Foram empenhados e pagos R$ 6.586,18 (seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos), que representam uma execução orçamentária de 92,94%.

É importante mencionar que na Amazônia Legal essa ação é executada pelas Superintendências Regionais do INCRA, no que se relaciona a certificação de peças técnicas de imóveis rurais (áreas particulares) e pelas Superintendências Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, responsáveis pelo georreferenciamento dos perímetros de glebas e posses localizadas em áreas públicas federais, com o objetivo de promover a regularização fundiária.

Os recursos executados na ação estão relacionados ao pagamento de diárias visando a capacitação de 02 (dois) servidores e o deslocamento de um instrutor ao INCRA/Sede, a fim de treinar e promover o novo sistema de certificação de imóveis rurais e regularização fundiária, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e pelo INCRA. O Sistema de Gestão Fundiária/SIGEF é uma ferramenta eletrônica criada para recepcionar, validar, organizar, regularizar e disponibilizar as informações georreferenciadas dos limites de imóveis rurais, automatizando assim a certificação do georreferenciamento dos imóveis rurais privados e públicos;

[2] Percentual dos valores pagos em relação ao empenhado.

Por meio da ação, a Divisão de Ordenamento atuou, ainda, em apoio às metas físicas estabelecidas pelas demais divisões da SR(26)TO, desenvolvendo ações de levantamento de imóveis rurais para fins de desapropriação, projeto e pré-demarcação de parcelamentos de assentamentos rurais, identificação de áreas de estudo para territórios quilombolas e outras ações solicitadas pelo órgão relacionadas à malha fundiária nacional.

Ação 210Z – Plano Orçamentário de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 169.666,00 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais), contudo foram provisionados R$ 105.413,49 (cento e cinco mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e nove centavos) que representam 62,13% do valor inicialmente programado. Do valor provisionado foram empenhados R$ 102.817,24 (cento e dois mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos), dos quais foram pagos R$ 83.760,09 (oitenta e três mil, setecentos e sessenta reais e nove centavos), que representam 81,46% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 8.990,15 (oito mil, novecentos e noventa reais e quinze centavos).

A meta física programada para o exercício era de reconhecer 1.934 ha (mil novecentos e trinta e quatro hectares), contudo foram reconhecidos 2.096 ha (dois mil e noventa e seis hectares), que representam execução de 108,38% da meta física prevista. Tratam-se de imóveis rurais identificados e delimitados no Território Quilombola Grotão, localizado no município de Filadélfia, reconhecidos por meio da Portaria INCRA Nº 599, de 24/10/2013, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte. As áreas reconhecidas do citado território foram, posteriormente, decretadas de interesse social pelo Decreto Presidencial de 05 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte.

Com a publicação do decreto presidencial, a Divisão de Ordenamento procederá com a avaliação dos imóveis no exercício de 2014 visando o ajuizamento das ações de desapropriações com o objetivo de promover a desintrusão e a titulação do território da comunidade quilombola Grotão.

Ação 210Z – Plano Orçamentário de Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos

O Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013 não estabeleceu limite orçamentário para o plano, bem como meta física, contudo foi provisionado crédito orçamentário no valor de R$ 2.936.121,34 (dois milhões, novecentos e trinta e seis mil cento e vinte e um reais e trinta e quatro centavos). Esse valor foi empenhado e inscrito integralmente em restos a pagar.

Os recursos provisionados foram empenhados para o pagamento de indenizações relativas ao valor das benfeitorias e da terra nua dos imóveis rurais descritos abaixo, que foram objeto de ações judiciais de desapropriação para implantação do Território Quilombola Kalunga do Mimoso, localizado nos municípios de Arraias e Paranã.

Tabela II – Relação de Imóveis Indenizações Empenhadas

Imóvel	Município	Área (Ha)	Valor (R$)
Fazenda Boa Esperança	Arraias	130,4192	108.585,58
Fazenda Mimoso	Arraias	2.685,33	1.205.565,86
Fazenda Belém	Arraias	3.262,94	1.621.969,90
TOTAL		**6.078,69**	**2.936.121,34**

Fonte: SIAFI/2013

Por meio da execução de créditos inscritos em restos a pagar na ação, foi possível o pagamento de benfeitorias referente a 04 (quatro) imóveis rurais, totalizando 7.024,031 ha (sete mil e vinte e quatro hectares, e trinta e um ares). Abaixo demonstrativo dos pagamentos de benfeitorias e de terra nua de imóveis desapropriados nos Território Quilombola Kalunga do Mimoso, localizado nos municípios de Arraias e Paranã.

Tabela III - Relação de Imóveis Indenizações Restos a Pagar

Imóvel	Município	Área (Ha)	Valor (R$)
Fazenda Areia Mansa	Arraias	300,00	161.752,19
Fazenda Galiléia	Arraias	390,20	175.593,38
Fazenda Santa Tereza	Arraias	5.462,15	2.889.512,49
Fazenda Buriti	Arraias	871,68	416.456,68
TOTAL		**7.024,031**	**3.643.314,74**

Fonte: SIAFI/2013

É necessário esclarecer que no processo de desapropriação para implantação de territórios quilombolas as indenizações relativas ao valor da terra nua são pagas integralmente em dinheiro, não havendo descentralização de títulos da dívida agrária/TDA. Os valores apurados das benfeitorias também são pagos em dinheiro.

3.1.2 Cartografia

O gerenciamento da malha fundiária na jurisdição da SR(26)TO foi ampliado com a inserção no banco de dados cartográfico de todas as informações cartográficas geradas em anos anteriores e durante o exercício de 2013, como imóveis rurais certificados, projetos de assentamento implantados, territórios quilombolas e glebas públicas federais, que estão representadas no acervo fundiário do INCRA. O acervo é atualizado diariamente a partir das informações geradas pelos sistemas da autarquia (SIGEF e SISTERLEG) e está disponível para consulta pública no portal institucional por meio do sistema I3GEO.

O procedimento de certificação de imóveis rurais foi alterado e atualizado com a publicação da Norma de Execução INCRA Nº 105/2012 e Nº 107/2013, que substituíram os normativos anteriores. No exercício de 2013, a análise dos requerimentos de certificação foi executada exclusivamente com base nesses normativos.

A certificação avançou e foi modernizada com a implantação do Sistema de Gestão Fundiária/SIGEF, que desde o dia 23 de novembro de 2013, realiza a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais de forma eletrônica. O sistema pode ser acessado pelo portal do INCRA (www.incra.gov.br) para envio dos dados por parte dos técnicos credenciados contratados pelos proprietários de imóveis rurais. A análise da sobreposição é em tempo real, com a geração de memorial descritivo e planta. Em caso de pendências, os interessados encaminham os dados e as

correções pelo sistema, que é aberto também a utilização de outras instituições como SPU, ICMbio, IBAMA, Institutos Estaduais de Terras e oficiais de cartório de registro de imóveis para consulta e validação de dados. Outra inovação é que os dados do SIGEF podem ser consultados de forma aberta pela sociedade para assegurar do gerenciamento da malha fundiária nacional.

Para otimizar o serviço de certificação de imóveis rurais, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária desenvolveu ainda outras estratégias no exercício, como:

- O atendimento aos técnicos e/ou proprietários para orientações sobre pendências em processos são realizadas mediante prévio agendamento todas as quartas e quintas-feiras;
- Levantamento dos processos a fim de atualizar as notificações e verificar o cumprimento de pendências por parte dos interessados, sendo que os procedimentos sem atendimento, devidamente notificados, com prazo igual ou a superior a 30 dias foram encerrados e arquivados;
- Emissão de comunicação aos técnicos credenciados e proprietários orientando-os a solicitar o encerramento dos processos em tramitação e a utilização do SIGEF para emissão automatizada da certificação dos trabalhos de georreferenciamento.

As comunicações de pendências nos processos de certificação foram executadas por meio de notificações encaminhadas aos técnicos credenciados por meio de e-mail, sendo disponibilizadas para consulta via web pelo sistema Certificaweb, Sistema de Credenciamento de Profissionais de Cartografia, no portal da autarquia. Atualmente, a comunicação é realizada pelo SIGEF.

Os prazos para execução do georreferenciamento e certificação da propriedade rural com área inferior a 500 hectares (quinhentos) foram alterados pelo Decreto Nº 7.620, de 22/11/2011, que prorrogou o prazo previsto no artigo 10 do Decreto nº 4.449/2002.

A certificação dos imóveis rurais é emitida gratuitamente pelo INCRA, contudo o georreferenciamento gratuito dos imóveis rurais com área até quatro módulos fiscais, conforme previsto em lei, não foi executado pois há necessidade de aprovação de plano de governo para execução do elencado na norma.

Até 31 de dezembro de 2012 foram protocolizados nesta Unidade 6.571 (seis mil, quinhentos e setenta e um) requerimentos de certificação. No exercício de 2013, os interessados protocolizaram 795 (setecentos e noventa e cinco) processos de georreferenciamento visando a certificação de propriedades rurais. Em 2013, foram analisados 2.714 (dois mil, setecentos e quatorze) processos, com a certificação de 1.057 (um mil e cinquenta e sete) procedimentos, realizada em conjunto pelo Serviço de Cadastro Rural e pelo Serviço de Cartografia. Pelo SIGEF foram certificados 288 (duzentos e oitenta e oito) imóveis rurais, no período de 23 de novembro a 31 de dezembro de 2013.

O passivo de processos de certificação será reduzido com a utilização do SIGEF pelos técnicos credenciados. A Unidade continuará com a estratégia de efetuar o arquivamento dos processos em tramitação que não atenderem as pendências notificadas no prazo estabelecido, incentivando a certificação via SIGEF desses processos. Com a implantação do novo sistema e de acordo com a Instrução Normativa INCRA Nº 77/2013, até o dia 25 de fevereiro de 2014, os interessados podiam solicitar a certificação por meio de requerimento protocolizado em uma unidade do INCRA ou por meio do SIGEF. A partir da citada data, a certificação de imóveis rurais será realizada exclusivamente pelo sistema.

3.1.3 Territórios Quilombolas

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida

No exercício de 2013, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária executou as seguintes atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas visando o cumprimento de metas.

- Publicação da Portaria Nº 599, de 24/10/2013, no Diário Oficial da União do dia seguinte, de reconhecimento do território da comunidade quilombola Grotão, localizado no município de Filadélfia;
- Publicação de Decreto Presidencial no Diário Oficial da União de 06/12/2013, que declarou de interesse social para fins de desapropriação os imóveis rurais localizados no Território Quilombola Grotão;
- Análise e julgamento das contestações ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação/RTID do Território Quilombola Barra do Aroeira apresentadas pelos proprietários de imóveis rurais localizados na área;
- Empenho de R$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais) referentes ao pagamento de indenizações a proprietários de imóveis rurais localizados no Território Quilombola Kalunga do Mimoso visando a desintrusão e titulação.
- Iniciado o laudo antropológico da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, em Araguatins, por meio de convênio com a Universidade Federal do Tocantins. O laudo é peça integrante do RTID.
- Iniciado o laudo antropológico da comunidade quilombola Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia, por servidor do Incra, para assegurar a elaboração do RTID da comunidade.
- Fiscalização dos trabalhos da empresa contratada para elaboração de laudos antropológicos de cinco comunidades, com apresentação dos laudos preliminares das comunidades Povoado Prata (São Félix do Tocantins), Mumbuca (Mateiros), Carrapato Formiga e Ambrósio (Mateiros), Malhadinha (Brejinho de Nazaré) e Córrego Fundo (Brejinho de Nazaré).

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

Para assegurar a fidedignidade dos registros da malha fundiária, a Unidade utiliza sistemas implantados pelo INCRA/Sede que permitem gerenciar as informações dos imóveis rurais. As atualizações das propriedades são executadas pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR e a Divisão obrigatoriamente instaurou procedimentos de fiscalização nos seguintes casos: imóveis com área igual ou superior a cinco mil hectares; aquisição de terras por estrangeiros e imóveis incluídos na lista do Ministério do Trabalho e Emprego por causa de trabalho análogo ao escravo.

No caso específico da aquisição de terras por estrangeiros, o controle é efetuado também pelo Sistema Nacional de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros/SISNAT.

Os registros dos procedimentos de certificação foram realizados pelo sistema Certificaweb para os processos protocolizados antes da implantação do SIGEF. Desde o dia 25 de fevereiro de 2014, os requerimentos de certificação devem ser executados exclusivamente pelo SIGEF.

3.1.5 Indicadores

A Unidade possui índice de cadastramento de imóveis rurais de 98,69%. Para assegurar a confiabilidade do total de imóveis rurais cadastrados no SNCR, o INCRA desenvolveu o SIGEF para acelerar e automatizar a certificação das propriedades. A Diretoria de Ordenamento está elaborando ainda ferramenta eletrônica para automatizar a atualização de dados dos imóveis rurais no SNCR. Com o SIGEF e a implantação da nova ferramenta de atualização cadastral será possuir ampliar o índice de cadastramento de imóveis rurais. É necessário esclarecer que o georreferenciamento e a atualização cadastral são executados pelos proprietários rurais quando há necessidade de alteração do registro dos imóveis rurais conforme previsto na legislação vigente.

O índice de análise de processos de certificação de imóveis avançou com percentual de 169,18%, com a revisão do normativo por meio da Norma de Execução INCRA Nº 105/2012 e 107/2013.

Em relação ao índice de regularização fundiária, é necessário esclarecer que na Amazônia Legal, a ação de regularização fundiária não é executada pelas Divisões de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA e sim pelo Programa Terra Legal Amazônia do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

3.1.5.1 Indicadores TCU

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	98,69%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do Passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	169,18%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do Passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	Não se aplica a SR(26)TO

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5 Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	30.185	33.655	285.347,96	237.261,15	169.886,31	169.817,51	67.374,84
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (unidade)	750	890	241.187,34	182.435,73	121.601,80	121.191,40	60.833,93
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (hectare)	-	6.521	6.540.794,40	6.540.323,61	2.495.193,36	2.495.193,36	4.045.130,25
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (unidade)	4	59	30.776,09	30.089,72	25.439,92	25.439,92	4.649,80
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (unidade)	-	1	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00	4.600,00

Fonte: SIAFI/2013, Módulo de Monitoria e Avaliação, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários/2013 e http://wiki.incra.gov.br

Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*[3]

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	-	7.746,93	28.002,81	0,00	27.959,01	43,80
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (unidade)	-	-	19.671,72	367,42	16.259,06	3.045,24
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (unidade)	-	-	171.458,70	0,00	0,00	171.458,70
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (unidade)	-	-	35.920,12	0,00	0,00	35.920,12

Fonte: SIAFI/2013, Módulo de Monitoria e Avaliação, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários/2013 e http://wiki.incra.gov.br

.

[3] *Incluem restos a pagar processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 301.850,76 (trezentos e um mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos), contudo foram provisionados R$ 285.347,96 (duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) que representam 94,53% do valor inicialmente programado. Foram empenhados R$ 237.261,15 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), dos quais foram pagos R$ 169.817,51 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos),que representam 71,57% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 67.374,84 (sessenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos).

O objetivo da ação é a vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda utilizadas para obtenção de áreas para implantação de Projetos de Assentamentos.

A meta física programada para o exercício de 2013 era de vistoriar 30.185,00 (trinta mil cento e oitenta e cinco hectares), contudo foram vistoriados 41.401,82 hectares (quarenta e um mil quatrocentos e um hectares, oitenta e dois ares), representando uma execução física de 137,16%. Na tabela abaixo, descrição dos imóveis vistoriados no exercício financeiro de 2013.

Tabela IV - Imóveis Vistoriados no exercício de 2013

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA (ha)
Fazenda 4 Irmãos	Araguaína	1.762,70
Fazenda Brejão I e II	Piraquê	4.076,61
Fazenda Primavera	Carmolândia	3.545,90
Fazenda Santa Helena I e III	Bernardo Sayão	5.043,18
Fazenda Araguarina	Miranorte	19.226,50
Fazenda Santa Rita	Aparecida do Rio Negro	7.746,93
Total		**41.401,82**

Fonte: Planilha de acompanhamento de vistoria SR(26)/T

Menciona-se que o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física é área vistoriada, esse dado é captado a partir dos resultados das vistorias realizadas em campo, independente se já houve finalização dos trabalhos de escritório com entrega do respectivo laudos agronômicos.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 177.287,00 (cento e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais), contudo foram provisionados R$ 241.187,34 (duzentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) que representam 136,04% do valor inicialmente programado. Do valor provisionado foram empenhados R$ 182.435,73 (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos), dos quais foram pagos R$ 121.191,40 (cento e vinte e um mil, cento e noventa e um reais e quarenta centavos), que representam 66,42% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 60.833,93 (sessenta mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa e três centavos).

A meta física programada para o exercício era de assentar 750 (setecentos e cinqüenta) famílias, todavia foram assentadas 890 (oitocentos e noventa) famílias, que correspondem a 118,67 % da meta programada.

A maior parte das famílias assentadas no exercício - 635 (seiscentos e trinta e cinco famílias) - foi assentada em Projetos de Assentamentos criados em exercícios anteriores - parcelas vagas e retomadas, enquanto 255 (duzentos e cinquenta e cinco) foram assentadas em projetos criados no exercício de 2013.

Registra-se que o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física é família assentada. Esse indicador é captado pelo quantitativo de famílias homologadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária/SIPRA. Porém, antes de serem homologadas no SIPRA, as famílias passam pelas fases de cadastramento, seleção, classificação, legitimação e conferências de informações pela Controladoria Geral da União/CGU.

Ação 211B – Plano Orçamentário de Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Os recursos deste plano orçamentário bem como a meta física estão centralizados no INCRA/Sede, todavia no exercício financeiro de 2013 foram provisionados R$ 6.540.794,40 (seis milhões, quinhentos e quarenta mil setecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) para o pagamento de benfeitorias de imóveis rurais e sobras de Títulos da Dívida Agrária/TDA.

É necessário esclarecer que os valores referentes a indenizações de imóveis rurais são resultantes de um dos procedimentos de vistoria e avaliação, que é expresso em Laudo de Vistoria Agronômica, sendo que o pagamento é realizado parte em dinheiro no que tange as benfeitorias constantes no imóvel e o restante em TDA que indeniza o proprietário pelo pagamento da terra nua.

É importante esclarecer que embora os créditos orçamentários da ação estejam centralizados INCRA/SEDE, os recursos referentes ao pagamento de benfeitorias e sobras de TDA são provisionados no âmbito da Regional, sendo que no INCRA/Sede são centralizados os pagamentos de TDA.

O valor provisionado foi empenhado integralmente, sendo que foram pagos R$ 2.495.193,36 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos) que representam 38,15% de execução orçamentária e inscritos em restos a pagar o montante de R$ 4.045.130,25 (quatro milhões, quarenta e cinco mil cento e trinta mil e vinte e cinco centavos).

Tabela V - Áreas Obtidas em 2013

Imóvel	Município	Área avaliada (ha)	Capacidade (Famílias)	TDA R$	Benfeitorias[4] R$
Faz. São Francisco/ Boca da Mata	Ananás	6.348,64	184	15.815.529,30	2.495.001,61
Faz. Santa Helena I e III	Bernardo Sayão	5.042,63	140	11.578.245,34	3.568.252,11
Faz. Recreio II	Filadélfia	960,77	21	1.293.760,26	69.036,93
Faz. Santa Tereza II	Silvanópolis	518,28	15	483.449,89	67.245,89
Faz. Santa Catarina III e IV	Campos Lindos	2.891,01	90	8.190.064,84	340.595,32
TOTAL		**15.761,33**	**450**	**37.361.049,63**	**6.540.131,86**

Fonte: Planilha de acompanhamento DT

[4]6 Os imóveis foram obtidos, todavia não foram transformados em Projetos de Assentamentos porque não tiveram a imissão de posse no exercício de 2013.

7 Informa-se que não foram contabilizados na coluna valores referentes a sobra de TDA (R$ 662,54) de imóveis desapropriados em exercícios anteriores.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 41.511,00 (quarenta e um mil, quinhentos e onze reais), contudo foram provisionados R$ 30.776,09 (trinta mil, setecentos e setenta e seis reais e nove centavos) que representam 74,14% do valor inicialmente programado. Desse valor foram empenhados R$ 30.089,72 (trinta mil, oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), dos quais foram pagos R$ 25.439,92 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), que representam 84,54 % de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 4.649,80 (quatro mil reais, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

A meta física programada para era o atendimento de 04 (quatro) projetos de assentamentos, contudo foram atendidos 59 (cinquenta e nove) projetos com atividades de educação ambiental.

As ações de gestão ambiental realizadas no ano de 2013 consistiram em visitas aos assentamentos contemplados pelo programa Bolsa Verde, no intuito de apresentar o mesmo às famílias assentadas, bem como preencher o termo de adesão dos beneficiários do programa. Concomitantemente, foram explanados assuntos de educação ambiental, esclarecendo aos assentados sobre aspectos gerais da legislação ambiental vigente, sobretudo, no tocante à proteção das áreas de preservação permanente e áreas de Reserva Legal, prevenção contra incêndios florestais, proibição da caça de animais silvestres, entre outros assuntos da temática ambiental.

Foram realizadas atividades de vistoria em alguns assentamentos, algumas delas motivadas por denúncias de práticas de ilícitos ambientais, buscando identificar o local de ocorrência da infração e o infrator, e quando possível, alertar aos assentados sobre o cumprimento da legislação ambiental, bem como a relevância do equilíbrio ecológico nestas áreas e despertar nos mesmos, como alternativa à atividade degradadora, o desenvolvimento de atividades sustentáveis nestas áreas.

Realizou-se ainda a fiscalização das atividades do convênio entre o INCRA e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS (Processo/INCRA/ SR-26/ N° 54400.001788/2008-53) visando à recuperação e conservação de áreas de uso restrito em cinco projetos de assentamentos localizados no Território da Área de Preservação Ambiental do Cantão e Ilha do Bananal (APA Cantão/Bananal).

Na tabela abaixo, descrição das atividades realizadas pelo Serviço de Meio Ambiente no exercício 2013.

Tabela VI – Atividades do Serviço de Meio Ambiente

ATIVIDADE	Nº DE PROJETOS
Assinatura dos termos do Programa Bolsa Verde	53
Ações de Educação Ambiental	59
Fiscalização de APP e áreas de Reserva Legal	6
Fiscalização de convenio com RURALTINS – Recuperação de áreas de uso restrito	5
Delimitação de áreas de preservação (Reserva Legal e APP) para elaboração do Cadastro Ambiental Rural -CAR.	3

Fonte: SR(26)T/Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

O licenciamento ambiental para os projetos de assentamento de reforma agrária sofreu alteração em seus procedimentos após a publicação da resolução CONAMA Nº 458 de 16 de julho de 2013. Tal resolução revogou a resolução CONAMA Nº 387 de 27 de dezembro de 2006, a qual estabelecia que para ser criado o projeto de assentamento era necessária a Licença Prévia – LP e a licença única de Instalação e Operação/LIO para o desenvolvimento das atividades dentro do Projeto.

A partir de sua publicação, torna-se necessário somente o licenciamento das atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura nos projetos de assentamento, sendo estabelecido que o procedimento de licenciamento deve ser realizado de forma simplificada, conforme termo de referência presente no anexo da resolução. Não obstante, o órgão ambiental competente no Estado do Tocantins ainda adota o procedimento ordinário de licenciamento. Neste sentido, a SR (26) está em comunicação com o órgão estadual no intuito de adequar o procedimento de licenciamento à nova resolução.

As atividades relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR para os projetos de assentamento de reforma agrária, em conformidade com a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, não foram iniciadas no ano de 2013, tendo em vista que até a presente data não foi implantada a plataforma online pela Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins para o cadastramento das áreas dos assentamentos, bem como não foi lançado oficialmente o Cadastro Ambiental Rural, na forma da lei.

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 33.740,00 (trinta e três mil, setecentos e quarenta reais), contudo foram provisionados R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) que representam 13,63 % do valor inicialmente programado. Esse valor foi integralmente empenhado e inscritos em restos a pagar.

Não foi estabelecida meta física para o exercício, todavia foi protocolada 01 (um) licença junto ao Órgão de Meio Ambiente do Estado, NATURATINS.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

A estratégia da Divisão de Obtenção de Terras para a aquisição de imóveis rurais, para utilização no Programa Nacional de Reforma AgráriaPNRA, está baseada na eleição de áreas prioritárias, com fundamento no diagnóstico regional. Mediante processo de discussão com representações dos movimentos sociais, por meio de fórum permanente, as áreas eleitas prioritárias tiveram como critérios básicos por microrregião do Estado do Tocantins, o número de famílias acampadas, a intensificação de ações com vistas à resolução de conflitos emblemáticos e ou antigos, o foco em áreas de qualidade destacada de capacidade de uso dos solos bem como em relação à localização, proximidade de centros urbanos e acesso, não apresentando restrições para escoamento de produções e acessibilidade à assistência estatal, atendimentos às solicitações dos movimentos sociais, e, imóveis em processo de fiscalização cadastral.

Conforme levantamento realizado no primeiro bimestre do ano de 2013, no Tocantins existem 17 (dezessete) acampamentos, espalhados pelo Estado com aproximadamente 900 (novecentos) famílias acampadas. A tabela abaixo traz a relação dos acampamentos e os respectivos imóveis reclamados.

Tabela VII – Acampamentos 2013

Acampamento	Município	Representação Social	Nº de Famílias	Imóveis Reclamados
1° de Maio	Barra do Ouro	STR	11	Gleba Tauá
Barra do Rio Arraias	Babaçulandia	MAB	17	Remanescente do PA - Barra do Rio Arraias
Barra do Rio Lontra	Carmolândia	STR	57	Faz. Primavera e Vera Cruz
Boa Esperança	Esperantina	STR	100	Faz. São Judas Tadeu
Bom Jesus / Recreio	Palmeirante	STR	31	Faz. Recreio II
Bom Jesus / Vinte Mil	Augustinópolis	STR	26	Faz. Baixa Verde
Dom Bosco	Filadélfia	CPT	60	Faz. Sta. Bárbara e Faz. Aruanã I, II e III.
Renascer	Ponte Alta do Tocantins	UNIBRAS	20	Faz. Renascer
Mariza I	Araguanã	STR	11	Faz. Sertaneja
Padre Josimo	São Sebastião do Tocantins	MST	79	Faz. Osara
Santa Clara	Babaçulandia	STR	18	Faz. Bacuri e Palmeiras
Santa Helena	Bernardo Sayão	STR	8	Faz. St. Helena I e III
Santo Antonio do Bom Sossego	Palmeirante	CPT	10	Reintegração do PA – Santo Antonio do Bom Sossego
Senhor do Bonfim	Bandeirante	CPT	43	Faz. Jardim
Sebastião Bezerra	Porto Nacional	MST	230	Faz. Dom Augusto e Santa Rita
Vitória	Palmeirante	MST	20	Faz. Guariroba
Vitória	Palmeirópolis	STR	47	Faz. Barreiro do Mutum

Fonte: SR(26)TO/T

As ações implementadas no exercício asseguraram o assentamento de 890 (oitocentos e noventa) famílias de trabalhadores rurais, representando 118,66% em relação à meta física estimada para o exercício de 750 (setecentos e cinquenta) famílias. A mesma meta física que se propõe para o exercício de 2014. Considerando as áreas em que recursos orçamentários foram descentralizados, objetivando a implantação de projeto de assentamento, com viabilidade econômica[5], o custo médio aplicado por hectare foi de R$ 2.244,13 (dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e treze centavos).

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

No exercício de 2013 os valores descontados, ou seja, que deixaram de ser pagos, referentes ao passivo ambiental constatado, referentes à regularização e/ou recomposição das áreas de reserva legal e de preservação permanente nos imóveis rurais em avançado estágio do processo de desapropriação estão representados na tabela abaixo:

Tabela VIII -Descontos do passivo ambiental por imóvel rural objeto de obtenção onerosa

Nome do Imóvel	Município	Valores Descontados (R$)
Faz. São Francisco e Faz. Boca da Mata	Ananás	36.537,69
Faz. Santa Helena I e III	Bernardo Sayão	2.002.121,40
Faz. Santa Tereza II	Santa Rosa	1.212,85
Faz. Recreio II	Palmeirante	2.059,62

Fonte:SR(26)TO/T

[5]Excetua-se do cálculo a Faz. Santa Catarina III e IV, município de Campos Lindos - TO. Neste caso, o impacto gerado com a desapropriação provocariam intervenções em três outros imóveis, possivelmente inviabilizando suas explorações econômicas o que poderia gerar ações de responsabilidade com proposição de indenizações por danos em conseqüência.

No que se refere aos valores destinados à recomposição destas áreas, cabe ressaltar que a gestão central, diga-se, Coordenação de Meio Ambiente da Diretoria de Obtenção de Terras – DT é quem detém atribuições para gerir os recursos a serem destinados à recomposição dos passivos ambientais constatados. No exercício de 2013 não foram descentralizados recursos com o escopo de serem aplicados nesta Ação nesta Regional. Os recursos que foram disponibilizados para Ação de Gestão Ambiental não tiveram aplicação para recuperação ou recomposição de passivo ambiental em Projetos de Assentamentos.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

Não há rotina regularmente efetivada na Divisão de Obtenção da SR(26)TO acerca de cronograma de levantamento de informações sobre imóveis desapropriados para fins de inscrição ou registro pela Divisão de Administração/Contabilidade**.**

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

No exercício a estratégia de atendimento ao público passível de atendimento pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, pautou-se em:

- Recomendação para cadastramento no Cad-Único por meio do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS em cada município desta unidade da federação de todos os potenciais beneficiários;
- Cadastramento e reconhecimento de acampamentos com escopo de implementar políticas de assistencia social desenvolvidas pelo Governo Federal, como é o caso da entrega de cestas básicas;
- Cadastramento contínuo e ininterrupto de candidatos a beneficiários que é efetivado na sede da Regional bem como nas Unidades Avançadas de Araguatins, Araguaína e Gurupi, e;
- Após obtenção do imóvel rural a homologação dos beneficiários com a alteração do “status” de candidato.

Cabe informar que das 890 (oitocentas e noventa) famílias assentadas, 281 (duzentas e oitenta e uma) famílias foram assentadas em áreas com imissão na posse efetivada no exercício físico-financeiro em apresentação. Ainda, efetivaram-se 1.890 (um mil oitocentos e noventa) cadastros de candidatos com potencial para tornarem-se beneficiários, entre acampados e não acampados. Este número representa com significativa acurácia o passivo na circunscrição da Superintendência Regional de famílias que demandam parcelas para assentamento.

Com base no custo médio por unidade de área, acima calculado, projeta-se um custo de R$ 148.556.189,59 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) exclusivamente para obtenção onerosa de áreas com escopo de atender ao referido contingente.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

Os processos administrativos de fiscalização do cumprimento da função social do imóvel rural tem mecanismos de controle internos, que se referem à conferência da regularidade, quando submetidos às análises e instruções nas diferentes divisões, departamentos e setores do INCRA. Para exemplificar, cita-se a atualização cadastral “ex officio” no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR feita pelo Serviço de Cadastro do Imóvel Rural da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, os Pareceres Jurídicos elaborados pela Procuradoria Especializada que antecedem, sempre, os eventos relevantes e significativos, como o

encaminhamento para Decreto Presidencial nos processos que se referem aos imóveis passíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Registra-se que a Administração Central da Autarquia já deveria ter providenciado a digitalização e o processamento eletrônico de todos os processos administrativos de seu interesse, todavia, o controle da tramitação é realizado via sistema do protocolo.

3.2.7 Indicadores

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras[6]	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R$, no exercício[3], dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	2.615,89
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento [7]	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do Passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	-
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor [8]	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	-

[6] Os TDA são empenhados diretamente pela UG do INCRA/Sede, sendo que as SR pagam apenas as Benfeitorias e sobras de TDA, tendo a Regional até dois anos após a decretação do imóvel para realizar este pagamento.

[7]

[8] O licenciamento ambiental para os projetos de assentamento de reforma agrária sofreu alteração em seus procedimentos após a publicação da resolução CONAMA de nº 458 de 16 de julho de 2013. A referida resolução revogou a resolução CONAMA 387 de 27 de dezembro de 2006, a qual estabelecia que para ser criado o projeto de assentamento era necessária a Licença Prévia – LP e a licença única de Instalação e Operação (LIO) era necessária para o desenvolvimento das atividades dentro do Projeto.

Assim, atualmente a necessidades da regularização ambiental do projeto de assentamento o que ocorre por meio do Cadastro Ambiental Rural/CAR.

	387/2002.				

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

No exercício de 2013, no âmbito da SR(26)TO foram criados 03 (três) Projetos de Assentamentos, conforme descrição na tabela abaixo. Informa-se que esta Regional não dispõem das estimativas de custos para recuperação das áreas de reserva legal/RL e área de preservação permanente/APP.

Tabela IX – PA's criados/2013

PA	Município	Área (há)			Capacidade	Forma de Obtenção
		Total	RL	APP	(Famílias)	
Vale do Paraíso	Couto Magalhães	1.118,48	431,06	86,21	34	Desapropriação
Barra do Lontra	Xambioá	1.378,57	667,18	134,86	40	Desapropriação
Antonio Moreira	Ananás	6.436,08	2.252,63	291,79	184	Desapropriação

Fonte:SIPRA

Registra que está em andamento o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia- PPCADI, também denominado de Programa Assentamentos Verdes – PAV, instituído pela Portaria nº 716, de 27 de novembro de 2012.

O programa está associado também com o Termo de Compromisso assinado pelo Ministério Público Federal e o INCRA, em que este se compromete a aplicar esforços para a adequada gestão ambiental dos assentamentos da Amazônia e, conseqüentemente, reduzir o desmatamento nessas áreas.

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - *Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	-	-	144.054,96	138.054,96	132.024,33	132.024,33	6.030,63
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	3.915,79	3.915,79	3.915,79	3.915,79	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	469	997	2.681.520,60	2.667.520,60	55.114,99	55.114,99	2.612.405,61
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	-	37.000,00	26.791,64	16.299,06	16.299,06	10.492,58
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	1.092	293.249,76	239.928,49	176.178,89	175.912,46	63.749,60
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	-	1.855	113.668,68	101.081,91	90.873,25	90.873,25	10.208,66
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	218	60	86.777,33	85.320,98	71.458,49	71.458,49	13.862,49
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	-	1.090	309.615,28	296.108,05	69.127,08	69.127,08	226.980,97
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	500	-	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	180	-	433.224,12	433.224,12	1.592,00	1.592,00	431.632,12

210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	676,80	676,80	676,80	676,80	0,00

:e: SIAFI/2013, Módulo de Monitoria e Avaliação, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários/2013 e http://wiki.incra.gov.br

Quadro 9 - *Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*[9]*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	-	-	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	-	52.021.400,00	23.362.000,00	0,00	28.659.400,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)			20.333.530,71	16.296.933,94	0,00	4.036.596,77
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	-	993,60	993,60	0,00	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	-	18.988,03	1.257,34	17.556,00	174,69
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	-	624.143,25	0,00	0,00	624.143,25
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	-	-	1.648,82	0,00	0,00	1.648,82
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	-	467.145,62	467.145,62	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/2013, Módulo de Monitoria e Avaliação, Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários/2013 e http://wiki.incra.gov.br

.

[9]*Incluem restos a pagar processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Ação 210S – Plano Orçamentário de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

A Lei nº 12.188/2010, Lei de ATER, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária/PRONATER, que definem os princípios e os objetivos dos serviços prestados.

Conforme o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 121.892,00 (cento e vinte um mil, oitocentos e noventa e dois reais), contudo foram provisionados R$ 144.054,96 (cento e quarenta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos) que representam 118,18% do valor inicialmente programado. Desse valor foram empenhados R$ 138.054,96 (cento e trinta e oito mil, cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), dos quais foram pagos R$ 132.024,33 (cento e trinta e dois mil, vinte e quatro reais e trinta e três reais), que representam execução orçamentária de 95,63%, sendo inscritos em restos a pagar R$ 6.030,63 (seis mil, trinta reais e sessenta e seis centavos).

Não houve previsão de meta física para o exercício, assim informa-se que os recursos executados na ação foram para elaboração do projeto básico da chamada pública de contratação de serviço de assistência técnica para 13.239 (treze mil duzentos e trinta e nove) famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária no Tocantins.

No exercício de 2013, a Regional emitiu termos de aceitação definitiva de Plano de Desenvolvimento de Assentamento/PDA de 12 (doze) assentamentos, que foram elaborados pela Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural/COOPTER referentes aos convênios 16.000/2008 (SIAFI 632156) e 22.000/2008 (SIAFI 637545).

Ação 210S – Plano Orçamentário de Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

O Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013 não estabeleceu limite orçamentário para a ação, bem como meta física, contudo foi provisionado crédito orçamentário no valor de R$ 3.915,79 (três mil, novecentos e quinze reais e setenta e nove centavos), sendo que esse valor foi empenhado e pago integralmente.

Os recursos executados foram para garantir pagamento de despesas visando a elaboração do projeto básico da chamada pública de assistência técnica.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

De acordo com o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 3.179.325,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil trezentos e vinte e cinco reais), contudo foram provisionados R$ 2.681.520,60 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil quinhentos e vinte reais e sessenta centavos) que representam 84,34% do valor inicialmente programado. Desse valor foram empenhados R$ 2.667.520,60 (dois milhões, seiscentos e sessenta e sete mil quinhentos e vinte reais e sessenta centavos), dos quais foram pagos R$ 55.114,99 (cinquenta e cinco mil, cento e quatorze reais e noventa e nove centavos), que representam 2,06% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 2.612.405,61 (dois milhões, seiscentos e doze mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos).

A meta física programada para o exercício era de atender 469 (quatrocentos e sessenta nove) famílias com obras de infraestrutura, todavia foram atendidas 997 (novecentos e noventa e sete) famílias por meio de convênios firmados com prefeituras, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela X – Obras contratadas em 2013

Projeto de Assentamento	Município	Obras			
		Famílias (capacidade)	Recuperação Estrada (Km)	Implantação Estrada (Km)	Ponte (Unidade)
Barreirinho	Abreulândia	28	-	8,90	-
Vargem Dourada	Abreulândia	60	-	4,03	-
Brejo do Campo	Abreulândia	19	-	8,51	-
Cabeceira do Prata	Divinópolis do Tocantins	10	3,72	-	-
Caiapozinho	Divinópolis do Tocantins	19	14,69	-	-
Rio Prata	Divinópolis do Tocantins	61	23,13	-	-
Consolação	Divinópolis do Tocantins	53	15,77	-	-
Toledo I	Divinópolis do Tocantins	36	8,44	-	-
Palmeirinha	Divinópolis do Tocantins	27	8,11	-	-
Piedade	Divinópolis do Tocantins	32	8,29	-	-
Santa Julia	Divinópolis do Tocantins	26	9,84	-	-
Mulher Cidadã	Divinópolis do Tocantins	33	11,89	-	-
25 de Março	Divinópolis do Tocantins	32	13,25	-	-
Nossa Senhora Aparecida	Pequizeiro	36	-	-	2
Progresso	Pequizeiro	186	-	-	2
Conquista	Pequizeiro	47	-	-	2
Lontra	Pequizeiro	31	-	-	2
Mata Azul I	Pequizeiro	102	-	-	2
Ventura	Piraquê	159	-	20,73	-
TOTAL		**997**	**117,11**	**42,19**	**10**

Fonte: Planilha de acompanhamento de infraestrutura SR(26)TO/D

Cumpre salientar que o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física da ação é a quantidade de famílias atendidas com obras de infraestrutura. Esse indicador é captado pelo número de famílias com obras contratadas ou conveniadas no exercício.

Os convênios firmados com cinco entes municipais totalizaram R$ 2.635.647,80 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), com contrapartida de R$ 53.947,80 (cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos) dos municípios e investimento do INCRA de R$ 2.581.700,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil e setecentos reais).

As parcerias firmadas tiveram como critério as “rotas” de articulação de políticas públicas definidas nas diretrizes estratégicas da autarquia, a saber: Rota Brasil Sem Miséria (BSM) para superar a pobreza nos assentamentos priorizados, garantindo renda, habitação, infraestrutura (estradas , água e luz), ATES e fomento (MDS); Rota Assentamentos Verdes para promover a recuperação ambiental e combater o desmatamento, associado a geração sustentável de renda nos assentamentos, regularização fundiária e ambiental; e Rota Estruturação Produtiva para promover organização e agregação de valor na produção, estimulando a comercialização e a ampliação de renda produtiva.

A Unidade elaborou procedimento licitatório visando a contratação de obras de infraestrutura para atender assentamentos com demanda de construção de habitações pelo Programa

Minha Casa, Minha Vida Rural/MCMVR. O processo 54.400.001886/2013-58 não foi finalizado no exercício e será concluído em 2014 após a descentralização de recursos orçamentários.

Também faz-se necessário informar que, com raríssimas exceções, devido principalmente às peculiaridades da Região, questões de provisões de crédito orçamentário e liberação de financeiro, as obras conveniadas/contratadas em um exercício só são concluídas em exercícios seguintes. Abaixo demonstra-se as obras contratadas iniciadas em exercícios anteriores concluídas em 2013.

Tabela XI Obras Iniciadas em Exercícios Anteriores e Concluídas[10] em 2013

PA	Município		Tipo de obra			
		Nº famílias atendidas	Recuperação Estrada (Km)	Implantação Estrada (Km)	Ponte (m)	Bueiro (m)
Cocal	Maurilândia	72	-	15,000	-	-
Nova Vida	Araguatins	14	-	6,000	-	-
São Lucas	Carrasco Bonito	33	-	10,300	-	-
Mutirão	Araguatins	63	-	8,000	-	-
Ronca	Araguatins	92	4,000	-	5,000	-
Tobasa	Esperantina	62	-	2,880	12,000	-
Lago Preto	Esperantina	72	2,150	-	10,000	-
Mulatos	Esperantina	64	2,882	-	-	-
Santa Cruz II	Araguatins	281	-	28,000	-	-
Ouro Verde	Araguatins	33	10,000	-	-	-
Araguaiala	Esperantina	72	5,800	-	-	-
Caçador	Xambioá	87	-	2,000	-	8,00
Alegria II	Palmeirante	38	-	8,200	15,000	40,00
2 de Janeiro	Palmeiras do Tocantins	45	-	10,000	8,000	48,00
São Jorge II	Sítio Novo do Tocantins	27	-	15,470	15,000	120,00
Vazante	São Sebastião do Tocantins	75	-	6,790	12,000	30,00
Atanásio	Araguatins	104	-	2,910	10,000	32,00
Santa Rita	Cariri do Tocantins	21	3,560	6,200	5,000	-
Grota de Pedra	Monte Santo	49	-	9,543	10,000	21,000
Água Fria II	Tocantínia	90	-	12,000	-	80,000
Soledade	Guaraí	81	-	6,660	-	15,000
Pedra Branca	Guaraí	65	10,665	5,230	-	16,000
TOTAL		**1.540**	**39,057**	**155,183**	**102,000**	**410,000**

Fonte: Planilha de acompanhamento de infraestrutura SR(26)TO/D

Ação 211A – Plano Orçamentário de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

De acordo com o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), contudo foram provisionados R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) que representam 137,04% do valor inicialmente programado. Desse valor foram empenhados R$ 26.791,64 (vinte e seis mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos), sendo pagos R$ 16.299,06 (dezesseis mil reais, duzentos e noventa e nove reais e seis centavos), que representam execução orçamentária

[10]Obras com emissão de Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo.

de 60,83%. Foram inscritos em restos a pagar R$ 10.492,58 (dez mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos).

A ação visa fomentar a agroindustrialização e a comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia - também são apoiadas.

Não foi prevista meta física para o exercício, assim os recursos executados visaram o suporte e manutenção – serviços de terceiros e material de consumo – da ação no âmbito da SR(26)TO. A Unidade apoiou a elaboração de projeto de agroindústria familiar de abate e processamento de frango caipira visando atender demanda dos projetos de assentamentos implantados no município de Peixe.

A SR(26)TO está subsidiando ainda a Associação Roseli Nunes dos Trabalhadores do Assentamento Oziel Alves Pereira na implantação de agroindústria para fortalecimento da cadeia produtiva do leite no município de Cachoeirinha com recursos oriundos do Programa Terra Forte. O Terra Forte é programa de agroindustrialização em assentamentos da Reforma Agrária, complementar ao Terra Sol. Os recursos são providos pelo INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, Fundação Banco do Brasil/FBB, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS e Companhia Nacional de Abastecimento/Conab. Os projetos foram selecionados por meio de chamada pública realizada em 2013 pelo INCRA/Sede.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária.

O Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013 não estabeleceu limite para o plano orçamentário, bem como meta física, contudo foram provisionados R$ 293.249,76 (duzentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos) com empenho de R$ 239.928,49 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos), dos quais foram pagos R$ 175.912,46 (cento e setenta e cinco mil, novecentos e doze reais e quarenta e seis centavos), que representam 59,99% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 63.749,60 (sessenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

A ação tem como finalidade supervisionar, fiscalizar e acompanhar as famílias assentadas na aplicação adequada do Crédito Instalação, bem como prestar serviços de assistência técnica tanto na elaboração do projeto quanto na edificação, reforma ou ampliação da habitação em Projetos de Assentamentos.

Com relação a mensuração dos resultados da ação, no exercício financeiro de 2013, foram supervisionadas, a partir do termo de recebimento do crédito, a concessão de créditos para 1.092 famílias (um mil e noventa e dois) famílias.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

O Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013 não estabeleceu limite para o plano orçamentário, bem como meta física, contudo foram provisionados R$ 113.668,68 (cento e treze mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos) com empenho de R$ 101.081,91 (cento e um mil, oitenta e um reais e noventa e um centavos), dos quais foram pagos R$ 90.873,25 (noventa mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos),

que representam 89,90% de execução orçamentária. Foram inscritos em restos a pagar R$ 10.208,66 (dez mil, duzentos e oito reais e sessenta e seis centavos).

Trata-se de atividade essencial no processo de desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Os servidores da autarquia, com amparo na Instrução Normativa Nº 71, de 17/05/2012, promovem a supervisão da ocupação de parcelas dos Projetos de Assentamentos visando garantir que as mesmas estejam, de fato, ocupadas por famílias de trabalhadores rurais oficialmente autorizadas.

Em caso flagrante de ocupação irregular, o INCRA toma as medidas administrativas com vistas à regularização ou retomada das parcelas, além da consequente redestinação da área. Ações possessórias são ajuizadas pela Procuradoria Federal Especializada, em caso de descumprimento das decisões administrativas para ocupação regular da área.

Por meio dos recursos executados no plano orçamentário foi possível a supervisão de 1.855 (um mil oitocentos e cinquenta e cinco) parcelas, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela XII – Vistoria da Situação Ocupacional

Projeto de Assentamento	Município	Q. Parcelas Vistoriadas
Luar do Sertão	Ananás	27
Reunidas	Aragominas	52
São Gabriel	Aragominas	32
Da Mata	Araguacema	61
Nova Canaã	Araguacema	25
Santa Clara	Araguacema	13
Tarumã	Araguacema	42
Pontal das Estrelas	Araguaçu	1
Alegre	Araguaína	1
Coruja	Araguaína	1
Paraiso	Araguaína	25
1º de Maio	Caseara	9
Araguaia	Caseara	2
Buritirana	Caseara	1
Califórnia	Caseara	24
Estrela do Araguaia	Caseara	5
Onalício Barros	Caseara	24
Cristal	Cristalândia	15
Cristal	Cristalândia	10
Amigos da Terra	Darcinópolis	35
Araguaiala	Esperantina	22
Boa Esperança	Esperantina	7
Tobasa	Esperantina	3
Cobertão	Figueirópolis	4
Nossa Senhora da Conceição	Figueirópolis	4
Araguaia I	Formoso	26
Caracol	Formoso	62
Gameleira	Formoso	5
Lagoa da Onça	Formoso	23
Pirarucu	Formoso	33
Che Guevara	Goianorte	4
Muiraquitan	Goianorte	58
Santa Rita II	Goianorte	22
Soledade	Guaraí	13

Vale Verde	Gurupi	7
Volta do Rio	Jaú do Tocantins	8
Bernardo Sayão	Juarina	24
Manchete	Marianópolis	287
Brejinho	Miracema	22
Irmã Adelaide	Miracema	17
Padre Expedito	Miranorte	23
Córrego Fundo	Monte do Carmo	15
Força da Esperança	Monte do Carmo	11
Malhada da Pedra	Monte do Carmo	33
Principado do Carmo	Monte do Carmo	13
São Bento I	Monte do Carmo	27
Jacubinha	Natividade	70
Nova Vida I	Palmeirante	12
São José Bela Vista	Palmeirante	2
1 de Janeiro	Palmeiras do Tocantins	28
Sudan	Pau D'Arco	3
São José I	Peixe	15
Pequizeiro	Pequizeiro	25
Pindorama I	Pindorama do Tocantins	13
Ventura	Piraquê	45
Tucumirim	Piraquê	36
Barranco do Mundo	Pium	30
Macaúba	Pium	47
Toledo II	Pium	2
Zé Pereira	Porto Nacional	19
Canoa	Riachinho	66
Casa do Morro	Riachinho	4
Riachinho	Riachinho	30
Paulo Freire I e II	Rio dos Bois	32
Dalila	Santa Fé do Araguaia	3
São Judas Tadeu	Santa Rita do Tocantins	19
Lago Verde	Santa Rita do Tocantins	14
São Pedro	São Valério	1
Três Lagoas	São Valério	3
Sertãozinho	Sucupira	2
Itimirim	Talismã	10
Talismã	Talismã	5
Talismã II	Talismã	4
Água Fria I e II	Tocantinia	92
Costa Rica	Wanderlândia	26
Grota do Lage	Xambioá	4
Recanto	Xambioá	15
TOTAL		**1855**

Fonte:Planilha de Detalhamento da Execução Física SR(26)TO

Ação 211A – Plano Orçamentário de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

De acordo com o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário era de R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), contudo foram provisionados R$ 86.777,33 (oitenta e seis mil, setecentos e setenta e sete reais e

trinta e três centavos) que representam 99,74% do valor inicialmente programado. Desse valor foram empenhados R$ 85.320,98 (oitenta e cinco mil, trezentos e vinte reais e noventa e oito centavos), dos quais foram pagos R$ 71.458,49 (setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos), que representam 83,75% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 13.862,49 (treze mil reais, oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

A meta física programada para o exercício era atender com demarcação topográfica 218 (duzentos e dezoito) famílias, todavia foram atendidas 60 famílias assentadas por meio de aditivos aos contratos nº 8.000/2012, 9.000/2012 e 10.000/2012 de empresas contratadas para executar a demarcação topográfica em projetos de assentamento. Os aditivos foram necessários após constatação em campo do aumento do número de parcelas, bem como da ampliação da capacidade do PA Santa Teresa II com a incorporação de outras duas áreas desapropriadas após a finalização do processo de obtenção.

Registra-se que por meio da execução dos restos a pagar do plano orçamentário, foram realizados o georreferenciamento, medição e demarcação de 792 (setecentos e noventa e dois) parcelas rurais, em diversos Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Tocantins, com área total de 37.018,45 (trinta e sete mil hectares, dezoito ares e quarenta e cinco centiares) visando atender a 728 (setecentos e vinte e oito) famílias. Na tabela abaixo, descrição dos serviços em execução.

Parte do recurso foi utilizado para assegurar a fiscalização dos contratos de demarcação iniciados em 2012 e finalizados no exercício de 2013.

Tabela XIII – Serviços Topográficos em Execução com Restos a Pagar[11]

Projeto de Assentamento	Município	Área (ha)	Nº Parcelas	Nº Famílias
Canoa	Riachinho	6.696,71	133	130
Nova União	Araguatins/Esperantina	2.908,38	83	80
Pequizeiro	Pequizeiro	1.155,21	28	27
São Sebastião I	Couto Magalhães	1.078,65	20	18
Vale do Bananal	Couto Magalhães	1.627,94	38	27
25 de Março	Divinópolis	1.536,37	36	33
Brejo do Campo	Abreulândia	1.148,17	22	19
Cabeceira do Prata	Divinópolis	183,2031	13	11
Da Mata	Araguacema	4.584,45	93	85
Terra Prometida	Porto Nacional	1.494,25	42	36
Fortaleza I	Alvorada	3.706,15	91	86
Pirarucu	Formoso do Araguaia	6.421,76	84	78
Santa Tereza II	Silvanópolis	2.224,26	65	58
Três Poderes	Formoso do Araguaia	2.252,95	44	40
TOTAL		**37.018,46**	**792**	**728**

Fonte: Contratos 8.000/2012, 9.000/2012 e 10.000/2012

[11] Contratos 8.000/2012 e 9.000/2012, GEOMED – Georreferenciamento e Agrimensura Ltda., e 10.000/2012 GEOMED – Serviços de Topografia Ltda.

Ação 211A – Plano Orçamentário de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de terras pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso a terra.

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal.

O Título de Domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.

O Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013 não estabeleceu limite para o plano orçamentário, bem como meta física, contudo foram provisionados R$ 309.615,28 (trezentos e nove mil, seiscentos e quinze reais e vinte e oito centavos) com empenho de R$ 296.108,05 (duzentos e noventa e seis mil, cento e oito reais e cinco centavos), dos quais foram pagos R$ 69.127,08 (sessenta e nove mil, cento e vinte e sete reais e oito centavos), que representam 23,34% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R$ 10.208,66 (dez mil, duzentos e oito reais e sessenta e seis centavos).

Por meio dos recursos executados na ação foi possível e emissão de 1.090 (um mil e noventa) Contratos de Concessão de Uso/CCU. Os recursos pagos foram para custeio da emissão do documento. Foram empenhados em restos a pagar recurso para pagamento de indenização de benfeitorias de boa-fé a dois beneficiários no valor total de R$ 224.310,45, conforme processos 54400.001308/2002-69 e 54403.000831/1998-91. Tratam-se de procedimentos de retomada de lote e desistência de beneficiário, casos previstos na IN INCRA Nº 71/2012.

Ação 2210T – Plano Orçamentário de Educação de Jovens e Adultos no Campo/EJA

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA, tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

O programa apóia projetos em todos os níveis de ensino: Educação de Jovens e Adultos/EJA,Ensino Médio e Técnico Profissionalizante e Superior.

O EJA desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

De acordo com o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário foi de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), contudo foram provisionados R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), que foram empenhados e inscritos integralmente em restos a pagar.

Por meio desses recursos foi possível firmar parceria, convênio 795793/2013, com a Prefeitura Municipal de Palmas para realizar curso de Alfabetização e de Ensino Fundamental - anos iniciais (1ª a 5ª séries) e anos finais (6ª a 9ª séries), totalizando 500 (quinhentos) alunos a serem formados nos próximos 04 (quatro) anos.

Meta física programada para o exercício era atender 200 (duzentos) alunos. Cabe registrar que o indicador utilizado para aferir o alcance da ação é mensurado a partir do quantitativo de alunos que estão sendo atendidos (cursos) pela ação, como no exercício de 2013 houve apenas a celebração da parcerias, assim a execução da meta física é 0%

Ação 2210T – Plano Orçamentário de Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

A ação destina-se à formação de educadores e à formação de técnicos nas áreas de reforma agrária. Os dois cursos têm como objetivo formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e a promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária

De acordo com o Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários para o exercício 2013, o limite previsto para o Plano Orçamentário foi de R$ 433.224,00 (quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e quatro reais), sendo que esse montante foi integralmente descentralizado e empenhado com pagamento de R$ 1.592,00 (mil quinhentos e noventa e dois reais) que representa 0,37% de execução orçamentária. Foram inscritos em restos a pagar R$ 431.632,12 (quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e doze centavos).

Por meio dos recursos da ação foi possível celebrar 02 (dois) convênios, 787117/2013 e 787118/2013, com a Escola Família Agrícola de Porto Nacional a fim de realizar os cursos de nível médio em Agroecologia e Pedagogia, totalizando um quantitativo de 180 (cento e oitenta) alunos a serem formados nos próximos três anos.

Meta física programada para o exercício era atender 180 (cento e oitenta) alunos. Cabe registrar que o indicador utilizado para aferir o alcance da ação é mensurado a partir do quantitativo de alunos que estão sendo atendidos (cursos) pela ação, como no exercício de 2013 houve apenas a celebração da parcerias, assim a execução da meta física é 0%.

Ação 2210T – Plano Orçamentário de Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

O Plano de Ação para o exercício financeiro de 2013 estabeleceu para ação o limite orçamentário de R$ 677,00 (seiscentos e setenta e sete reais), contudo foram provisionados R$ 676,80 (seiscentos e setenta e seis e reais e oitenta centavos) 99,97%, esse montante foi integralmente empenhado e pago, não havendo inscrição em restos a pagar.

Não foi programada meta física para o exercício e os recursos executados na ação foi para suportar despesas com passagens aéreas.

3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

A SR-26/TO não possui levantamento das demandas de forma sistêmica. A Regional dispõe de planilhas elaboradas a partir de documentos enviados pelas associações dos projetos de assentamento e pelas Prefeituras que tem projetos de assentamentos em sua circunscrição.

No ano de 2010 a Unidade realizou levantamento das demandas por estradas vicinais e por sistemas de abastecimento de água a partir de reuniões regionais. Concluiu ainda um levantamento com a necessidade de construção de 126 (cento e vinte e seis) poços artesianos distribuídos em diversos assentamentos do Estado.

Em relação à energia elétrica, cerca de 90% dos assentamentos foram atendidos pelo Programa Luz para Todos. A demanda de lotes sem energia e de assentamentos recém-criados e ainda não atendidos tiveram a solicitação providenciada junto ao comitê gestor do programa. Como se trata de ação que não envolve essa autarquia na execução, não é possível afirmar quando será executada em sua integralidade.

Com base nessas informações foi possível firmar parcerias com o Governo do Estado do Tocantins. O convênio de nº 5000/2011, SICONV nº 756657, firmado com a Secretaria Estadual de Infraestrutura no ano de 2011 teve como objeto a recuperação de 4.276 km estradas vicinais e 5.984 metros (cinco mil novecentos e oitenta e quatro metros) de bueiros, que resolveria em parte significativa das demandas por acesso nos assentamentos. No entanto, depois de várias tentativas para que o Estado iniciasse a execução, o convênio foi rescindido em dezembro de 2013. Já em 2012, foi formalizado com a Agência Tocantinense de Saneamento/ATS o convênio de nº 7000/2012, SICONV nº 776970, para a instalação de 17 poços tubulares profundos com rede de distribuição de água em assentamento criados pelo INCRA.

Desde de o exercício de 2013 estão sendo realizadas tratativas com o Governo do Estado, por meio da Agência Tocantinense de Saneamento/ATS, para a administração, conservação e recuperação de 118 (cento e dezoito) poços artesianos construídos pela autarquia nos últimos anos.

Com relação à energia elétrica, estima-se que mais de 90% dos assentamentos já foram atendidos pelo Programa Luz para Todos. As demandas por energia em assentamentos são recepcionadas na Unidade e encaminhadas à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins/CELTINS, empresa executora do Programa Luz Para Todos no Estado.

Quanto ao orçamento de 2013 para a execução da ação de Infraestrutura, foram assinados 05 (cinco) convênios com entes municipais no valor total de R$ 2.635.647,80 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), com contrapartida de R$ 53.947,80 (cinquenta e três mil reais novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos) dos municípios e investimento da Unidade de R$ 2.581.700,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil e setecentos reais). A Unidade optou pelas parcerias visando assegurar investimentos nos assentamentos devido ao insucesso na deflagração de procedimento licitatório a fim de contratar a execução de obras de infraestrutura. Para tanto foram adotados critérios dos projetos de assentamentos inseridos no Programa Assentamentos Verdes, Programa Brasil Sem Miséria e Territórios da Cidadania. Registra-se que foram apresentadas poucas propostas, sendo que foram firmadas parcerias com todos os municípios que inseriram suas propostas no SICONV.

Para os assentamentos novos, que possuem demanda de construção de habitações por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Rural/PMCMVR, foi construído Projeto Básico pelos técnicos dessa Superintendência e iniciado procedimento licitatório (processo nº 54.400.001886/2013-58), finalizado no exercício de 2013 e que aguarda descentralização de recursos orçamentários de 2014 para serem contratadas.

Tabela XIV – Projetos Básicos

Projeto de Assentamento	Comprimento (Km)	Preço de Venda
Província	9,30	208.695,13
Vale do Paraíso	8,21	201.228,28

Mutamba	4,31	136.595,65
Manoel Alves	5,89	188.700,58
Barra do Lontra	3,43	168.908,50
Mártires da terra	6,17	299.466,51
Luar do Sertão	4,75	149.751,15
TOTAL	**42,07**	**1.353.345,80**

Fonte: SR(26)TO/D/Infraestrutura

Com relação a assistência técnica, a Unidade está envidando esforços para que seja deflagrada chamada pública no exercício de 2014. Em 2013, servidores da Unidade com apoio de servidores da Sede, trabalharam na confecção do Projeto Básico. Os serviços deverão ser contratados à partir de Chamada Pública, sendo esta modalidade um desafio novo e complexo.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

Pode-se observar no item que trata do Plano de Ação Orçamentário de Supervisão Ocupacional de Assentamento, que a meta para a supervisão ocupacional nos projetos de assentamento foi alcançada, visto que os levantamentos em campo foram realizados conforme programação, sendo vistoriadas 1.855 (um mil oitocentos e cinquenta e cinco) parcelas. Contudo a conclusão dos processos de ocupação irregular ficou prejudicada, pois a falta de capacitação dos servidores para atuação dentro do novo normativo, IN/INCRA Nº 71/2012, influenciou na instrução dos processos, visto que todos aqueles processos em andamento na vigência da IN/INCRA Nº 47/2008 não foram concluídos, pois precisam ser readequados ao novo normativo. Soma-se ainda o número insuficiente de analistas em reforma e desenvolvimento agrário, servidores com atribuições para análise de processos.

Assim, houve um acúmulo de processos de retomada das parcelas, pois a da Instrução Normativa nº 71/2012 não prevê a figura da comissão de supervisão e de retomada de parcelas, que produzia manifestação técnica nos processos, realizando o julgamento das defesas apresentadas pelos ocupantes irregulares. Dessa forma em 2013 houve uma concentração de processos para manifestação na Divisão de Desenvolvimento.

Por outro lado, cabe registrar que grande parte das famílias assentadas no exercício ocorreu em parcelas objeto da ação de supervisão ocupacional, que depois de concluída a análise permitiu a sua redestinação a novas famílias com o propósito de dar cumprimento a função social da terra.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

Não houve no exercício de 2013 uma diretriz estratégia voltada à consolidação de projetos de assentamento, conforme se observa no Plano Estratégico, visto que para isso ocorrer faz-se necessário atender uma série de condições previstas na Norma de Execução/Incra nº 09 de 06/04/2001.

No entanto, cabe registrar que muitas das condições estão sendo executadas, mas sem a perspectiva de um marco temporal para a consolidação do assentamento, haja vista que a demarcação topográfica está sendo executada, o crédito instalação está sendo aplicado, as habitações estão sendo construídas, assim como a infraestrutura básica de interesse coletivo estão sendo implantadas e os serviços de assistência técnica estão sendo ofertados; apenas a outorga do título de domínio não está sendo realizado.

A Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013 traz um conjunto de disposições, que ainda depende de regulamento, com o propósito de sanear situações que tendem a consolidação do assentamento, tais como a remissão e/ou renegociação do crédito instalação concedido, definição dos valores da alienação dos lotes em assentamentos e benefícios para a liquidação do saldo devedor do crédito rural /PRONAF.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

As informações do beneficiário são atualizadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária/SIPRA e mantida cópia dos documentos nos processos administrativos individuais formalizado para cada beneficiário, tomando como referência o núcleo familiar.

O acompanhamento da aplicação do crédito instalação é realizado utilizando o Sistema Provisório de Crédito Instalação e Controle de Demandas, software em desenvolvimento pelo INCRA.

O acompanhamento dos Convênios são registrados no portal SICONV pelos Fiscais e Gestores vinculados.

3.3.6 Indicadores

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico[12]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;. Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	0%
Índice de provimento de PDA/PRA[13]	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento. Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	73,41%
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233.	13,75%

[12]Foi celebrada parceria, convênio nº 776970/2012, com a Agência Tocantinense de Saneamento/ATS a fim de viabilizar obras de infraestrutura – perfuração de poços e implantação de sistemas de abastecimento de água –a fim de atender 1.31 (um mil e trinta e um) famílias de 11 (onze) assentamentos.

[13]Em relação ao número de assentamento esta Regional só inclui os federais, uma vez que Elaboração de PDA/PRA só se aplica aos assentamentos federais.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção[14]	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	-
Índice de provimento de Assistência Técnica[15]	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema SIPRA relatório 229 em 12.01.2013	-
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Esta Regional não dispõe dessa informação.
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	7,38%

[14] A SR(26)TO não dispõe desse dado, pois as informações que estão sendo encaminhadas pelo BACEN ao MDA, não permitem especificar público da Reforma Agrária (famílias assentadas).

[15] No há contratação bem como parcerias celebradas para prestação de serviços de ATES no âmbito da SR(26)TO.

Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema SIPRA e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – SIPRA - Rel 229.	-

[16]Não há assentamentos consolidados no âmbito da SR(26)TO.

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Com relação as ações destinadas ao provimento de água para consumo humano, a Superintendência Regional possui convênio firmado com o governo do Estado, por meio da Agência Tocantinense de Saneamento, para a construção de 17 sistemas coletivos de abastecimento de água, tipo poços tubulares profundos – Poços Artesianos na região denominada Bico do Papagaio, com um investimento de R$ 3.882.253,04 (três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinqüenta e três reais e quatro centavos) dessa Autarquia e R$ 328.285,47 (trezentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) de contrapartida do Estado, totalizando um investimento de R$ 4.210.538,51 (quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinqüenta e um centavos).

Também há propostas a nível de tratativas com a ATS – Agência Tocantinense de Saneamento. A primeira se refere a transferir a administração e manutenção de 118 (cento e dezoito) poços artesianos construídos por esta Superintendência ao longo dos anos e a segunda a construção de Projeto Básico e apresentação de proposta para a construção de 126 poços artesianos no Estado, reduzindo assim a demanda por água de uso doméstico.

Com relação a região mais deficiente nesse sentido, pode-se citar a região sudeste do Estado, que enfrenta períodos mais secos e, em virtude de característica de seu solo – muito argiloso, não possui acúmulo suficiente de águas em seus lençóis freáticos, pois a argila, quando molha, forma camada impermeabilizante, impedindo a penetração das águas das chuvas. Para resolver o problema da região é necessário uma ação conjunta de vários órgãos, visto que a unidade não tem capacidade técnica para construir soluções viáveis e nem pessoal suficiente para efetivar tais soluções.

Para o exercício de 2014 há a necessidade de recuperar duas barragens no PA Destilaria, município de Darcinópolis, com custo estimado (estimativa que pode sofrer variações, pois está sendo construída a partir de levantamento de barragem maior e, a partir de uma relação de proporcionalidade, calculando-se o custo da recuperação da barragem menor a jusante da primeira) de R$ 1.000.000,0 (um milhão de reais).

Portanto, a meta para este exercício é a construção/recuperação de duas barragens, que terão recursos aprovisionados no exercício de 2014. Com relação a recursos ainda do orçamento de 2012, a Unidade possui em execução a construção de 17 (dezessete) poços artesianos.

Em relação ao exercício de 2013, não foram executados e nem contratados serviços vinculados a área de fornecimento de água para consumo humano em assentamentos.

3.3.8 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

No exercício financeiro de 2013 as questões de licenciamento ambiental para projetos de assentamento de reforma agrária sofreram alterações em seus procedimentos. Isso ocorreu após a publicação da resolução do CONAMA nº 458 de 16 de julho de 2013. A citada resolução revogou a resolução CONAMA nº 387 de 27 de dezembro de 2006, que estabelecia que para ser criado o projeto de assentamento era necessária a Licença Prévia – LP e a licença de Instalação e Operação/LIO para o desenvolvimento das atividades dentro do Projeto.

Dessa maneira, atualmente, as condicionantes para os projetos de assentamentos serão submetidos a revisão e às novas imposições a serem definidas pela órgão ambiental no momento da apresentação do Cadastro Ambiental Rural.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

O atendimento ao público nas dependências da SR(26)TO é realizado na Sala da Cidadania, instalada na sede e unidades avançadas. No setor é prestado atendimento primário ao público, com a identificação de demandas, esclarecimentos, elaboração de pedidos/requerimentos, expedição de documentos e encaminhamento, quando necessário, aos demais setores da Unidade.

Ao lado da Sala da Cidadania, há o Serviço de Protocolo para recepcionamento e registro de documentos direcionados à autarquia.

O Serviço de Informações ao Cidadão é realizado por meio eletrônico no portal institucional (www.incra.gov.br), com encaminhamento das solicitações aos responsáveis em cada unidade. No portal da autarquia está disponível também a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme previsto em lei.

No exercício de 2013 foram protocolizados no âmbito da sede da SR(26)TO 7.941 (sete mil novecentos e quarenta e um) documentos e formalizados 2.507 processos. Nesse contexto, registra-se que devido às deficiências estruturais da Unidade o resultados dessas demandas não estão sistematizados.

Também, informa-se que a não registro sistematizado da quantidade de atendimentos ao público no âmbito da Sede e Unidades Avançadas de Araguaína, Araguatins e Gurupi. Não houve definição por parte do INCRA/Sede de mecanismos e parâmetros para avaliar os resultados obtidos no atendimento ao público externo.

Para descentralizar o acesso aos serviços da autarquia, o INCRA elaborou novo portal de serviços, denominado Sala da Cidadania Digital, que deverá ser implantado a partir de abril de 2014, para oferecer serviços aos produtores rurais e assentados da reforma agrária via internet.

A Sala da Cidadania será implantada nas prefeituras que contam com Unidade Municipal de Cadastramento/UMC, nas Unidades Avançadas do INCRA e também nos sindicatos, cooperativas e prefeituras dos demais em municípios que possuírem grande número de projetos de assentamentos interessados em firmar parceria com a autarquia. Os entes parceiros vão colocar à disposição do público um sala física e ceder um servidor, que será capacitado pelo INCRA, para operar os sistemas do ambiente virtual.

A Sala da Cidadania irá recepcionar a renegociação de dívidas previstas na Medida Provisória 636/2013, como prestar outros serviços que serão disponibilizados nesse ambiente. O assentado poderá fazer a liquidação ou renegociação da sua dívida, sem necessidade de ir à Superintendência Regional mais próxima ou a um agência do banco. O próprio sistema vai calcular o valor a ser pago seja na liquidação ou no parcelamento e emitir imediatamente o boleto bancário ou contrato de renegociação.

O sistema terá ainda aplicativo para smartphones, tablets e notebook e poderá ser usado pelos profissionais das empresas prestadoras de assistência técnica. Além da renegociação de dívidas, o assentado poderá fazer sua atualização cadastral de assentado e do assentamento e acessar outros serviços, como o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural/CCIR, Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR, Sistema de Gestão Fundiária/SIGEF, dados do Instituto Nacional de Serviço Social/INSS, da Receita Federal e de outros que emitem documentos relacionados às famílias assentadas.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

Registramos que embora a Unidade tenha sistemas de registro e processamento de documentos do público externo, a SR(26)TO utiliza apenas o SISPROT para registro e tramitação

de processos. O registro e processamento dos demais documentos é realizado manualmente por meio de protocolo de entrega.

Em relação ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), esclarecemos que o serviço está disponível no portal institucional e que a gestão é realizada pelo INCRA/Sede.

5.Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

Tabela XV – Distribuição de Servidores

DIVISÃO	ATIVO	CEDIDOS	CARGOS EM COMISSÃO	TOTAL	%
Divisão de Administração	41	0	0	41	23,03
Divisão de Desenvolvimento	28	0	0	28	15,73
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	12	0	0	12	6,74
Divisão de Obtenção de Terras	20	0	0	20	11,24
Gabinete SR(26)TO	12	1	2	15	8,43
Procuradoria Regional	1	2	1	4	2,25
Unidade Avançada de Gurupi	17	-	-	17	9,55
Unidade Avançada de Araguaína	30	-	1	31	17,42
Unidade Avançada de Araguatins	10	-	-	10	5,62
TOTAL	**171**	**3**	**4**	**178**	**100,00**

Fonte: SR(TO)A/ Desenvolvimento Humano

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

No âmbito da SR(26)TO não há estratégias ou trabalhos desenvolvidos com vistas a avaliar o clima no ambiente de trabalho.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Não existe metodologia definida para a disseminação de conhecimento e aprendizagem no âmbito da Regional. Contudo está previsto na Instrução Normativa/INCRA nº 52/2009, que dispõe sobre critérios e parâmetros para a capacitação dos servidores da Autarquia, sendo que o servidor capacitado assina um termo de responsabilidade na forma anexos VIII e IX, se comprometendo a disseminar o conhecimento adquirido, o que ocorre de forma empírica.

No exercício de 2013, conforme Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários, foi previsto para ações de capacitação o montante de R$ 127.423,91 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e um centavos), cujo valor foi executado integralmente.

Por meio desses recursos os servidores da SR(26)TO participaram de eventos, tais como cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da autarquia em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional a fim de dar suporte ao cumprimento da missão institucional. Abaixo, demonstrativo da capacitações realizadas.

Tabela XVI – Capacitações/2013

CURSO	CARGA HORÁRIA	Nº DE SERVIDORES	CARGA HORÁRIA TOTAL
Mestrado em Ecologia e Conservação	540	1	540
Ambientação dos Novos Servidores do INCRA e MDA	28	20	560
Análise Organizacional das Ações de Governo	40	1	40
Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público	40	1	40
Capacitação de Antropólogos	32	3	96
Capacitação Operacional em SICONV - Módulo de Prestação de Contas	40	3	120
Certificação de Imóveis Rurais	40	2	80
Comunicação em Situações de Crise	40	1	40
Curso de Formação de Pregoeiros	16	1	16
Especialização Lato Sensu em Educação do Campo	540	1	540
Folha de Pagamento	24	5	120
Formação Eficaz para Pregoeiro	24	3	72
Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública	24	2	48
Gestão Participativa em Políticas Públicas: Desafios e Alternativas de Articulação	30	1	30
Legislação/Normas e Procedimentos para Aquisição e Arrendamento e Imóvel Rural por Estrangeiros no Brasil	24	2	48
Mestrado em Desenvolvimento Regional		1	0
Módulo Cronograma Físico Financeiro SIASG / SICON	28	2	56
Oficina de Capacitação - Lei de Acesso à Informação	12	1	12
Oficina Institucional de ATER	40	28	1120
PAD - Formação para Membros de Comissões	40	3	120
Retenção de Tributos e Declarações nos Órgãos Públicos	21	1	21
Workshop Sobre Previdência Complementar do Executivo Federal	16	2	32
TOTAL	**1.639**	**85**	**3.751**

Fonte: Planilha Acompanhamento Capacitação SR(TO)A/ Desenvolvimento Humano

5.4 Recursos humanos da unidade[17]

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11-Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	**167**	**167**	**20**	**26**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira(1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	167	167	20	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	164	164	20	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	3	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)	**0**	**0**	**0**	**0**
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**3**	**3**	**1**	**0**
4. Total de Servidores (1+2+3)	170	170	21	26

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12 Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	**35**	**13**
1.1 Voluntária	34	12
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	**13**	**0**
2.1 Voluntária	12	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	**48**	**13**

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

[17] A informações constates no quadros 11 - Composição do quadro de servidores ativos, Composição do quadro de servidores inativos, Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12, -Composição do quadro de estagiários e custos relacionados, Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa e 17 Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão, foram geradas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (DAH) do INCRA/Sede.

Quadro 13 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	**13**	**0**
1.1. Integral	7	0
1.2. Proporcional	6	0
2. Em Atividade	**18**	**0**
3. Total (1+2)	**31**	**0**

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14-Composição do quadro de estagiários e custos relacionados**.**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**7**	**7**	**6**	**5**	**30.050,83**
1.1 Área Fim	1	0	1	0	1.980,05
1.2 Área Meio	6	7	5	5	28.070,78
2. Nível Médio	**6**	**6**	**8**	**7**	**32.101,30**
2.1 Área Fim	1	2	2	1	7.317,81
2.2 Área Meio	5	4	6	6	24.783,49
3. Total (1+2)	**13**	**13**	**14**	**12**	**62.152,13**

Fonte:SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15*Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.*

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão	9.988.819,58	317.721,73	883.873,03	392.868,16	1.820.913,78	522.553,49	1.430,77	27.845,58	1.590,96	13.957.617,08
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e	-	84.557,03	2.555,40		17.518,22					104.630,65
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas	-	5.139,72								5.139,72

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional do Estado do Tocantins														
UG/Gestão:					**CNPJ:**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2009	6	O	9.000/2009[18]	06.055.186/0001-62	20/07/2009	19/07/2013	-	-	-	-	-	-	E
2011	12	O	7.000/2011	09.134.888/0001-20	29/09/2011	29/09/2014	-	-	18	18	-	-	P
2011	5	O	6.000/2011	07.855.231/0001-26	29/09/2011	29/09/2013	-	-	9	9	-	-	P
2011	2	O	8.000/2011	05.483.831/0001-85	08/11/2011	08/11/2014	-	-	1	1	-	-	P
2012	1	O	2.000/2012[19]	12.045.326/0001-14	04/03/2012	03/03/2014	-	-	-	-	-	-	P
2012	9	O	6.000/2012[20]	12.083.195/0001-60	08/06/2012	08/06/2014	-	-	-	-	-	-	P
2013	7	O	9.000/2013	26.645.879/0001-12	18/12/2014	18/12/2014	-	-	5	5	-	-	A
2013	6	O	8.000/2013[21]	03.793.622/0001-02	16/12/2013	16/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
Observações:														
LEGENDA **Área:** 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática;					**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

[18]Locação de máquinas fotocopiadoras com de mão-de-obra (01 contratado) não é exigida a comprovação de escolaridade para a execução dos serviços contratados;

[19]Contrato de vigilância ostensiva a Regional contratou 20 (vinte) postos, nos quais não é exigida por parte desta UJ escolaridade apenas o curso de formação de vigilantes, contudo a empresa contratada exige dos contratados ensino médio completo;

[20]Contrato de limpeza e higiene de nº 6000/2012,foram contratados 14 (quatorze) postos de trabalho, nos quais não é exigida a comprovação de escolaridade.

[21]Locação de máquinas fotocopiadoras com de mão-de-obra (01 contratado) não é exigida a comprovação de escolaridade para a execução dos serviços contratados;

4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras

Fonte: Relação de contratos SR(26)/A.

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17 Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos[22]	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	-
Desligamento	-
Concessão de aposentadoria	13
Concessão de pensão	-
Total	**13**

Fonte: SR(TO)A/ Desenvolvimento Humano

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal[23]

O demonstrativo da prospecção de aposentadorias da SR(26)TO indica que 67 (sessenta e sete) no período de 2014 a 2018 atingirão, a idade para a aposentadoria - homem = 60 anos e mulher = 55 anos.

Isso representa 37,02% do quadro efetivo atual de servidores. Abaixo, descrição dos quantitativos.

Tabela XVII – Prospecção de Aposentadorias

ANO	Nº de Servidores
2014	41
2015	6
2016	5
2017	7
2018	8
	67

Fonte: DAH/INCRA/Sede

Como alternativa para a recomposição da força de trabalho, considerando que o último concurso público realizado pelo INCRA expirou em 30/12/13, a Autarquia no presente exercício encaminhará ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA solicitação de autorização para a realização de concurso público, com vistas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

[22] Os procedimentos de admissão e desligamento são registrados no Relatório de Gestão do INCRA/Sede, pois a competência para nomear, exonerar ou conceder vacância é do Diretor de Gestão Administrativa.

[23] Informações geradas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (DAH) do Incra/Sede.

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18 indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	0,47%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	20,72

6.Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

Quadro 19 Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins									
CNPJ:00.375.972/0001-60					**UG/GESTÃO:**373085/37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	
1	701021/2008	RURALTINS	757.985,00	162.348,00	-	411.673,50	24-dez-08	24-dez-13	1
1	752973/2010	Prefeitura de Guaraí	518.046,90	14.796,90	-	503.250,00	28-dez-10	16-jan-13	1
1	733665/2010	Prefeitura de Axixá do Tocantins	828.804,75	24.864,14	-	562.758,42	31-dez-10	10-jan-13	2
1	752969/2010	Prefeitura de Axixá do Tocantins	380.681,59	7.613,63	-	305.882,5	31-dez-10	01-fev-13	2
1	756008/2011	Prefeitura de Pau D'arco	540.000,00	57.000,00	-	-	20-dez-11	20-dez-13	1
1	756657/2011	Secretaria da Infraestrutura do Tocantins	31.936.451,41	12.936.451,41	-	4.000.000,00	22-dez-11	22-dez-15	6
1	762702/2011	Prefeitura de Muricilândia	409.000,00	9.000,00	-	212.306,05	28-dez-11	06-mai-13	1
1	776970/2012	Agência Tocantinense de Saneamento-ATS	4.210.538,51	328.285,47	-	-	28-dez-12	28-dez-14	1
1	787118/2013	Associação de Apoio da Escola Família Agrícola	1.214.976,48	31.236,00	-	-	31-dez-13	31-dez-16	1
1	787117/2013	Associação de Apoio da Escola Família Agrícola	1.349.991,62	40.500,00	-	-	31-dez-13	31-dez-16	1
1	794298/2013	Prefeitura de Araguacema	540.000,00	10.800,00	-	-	30-dez-13	30-dez-14	1
1	791157/2013	Prefeitura de Divinópolis do Tocantins	450.447,80	9.447,80	-	-	26-dez-13	26-dez-14	1
1	795793/2013	Prefeitura de Palmas	1.806.250,00	42.193,94	-	-	31-dez-13	31-jan-17	1
1	791154/2013	Prefeitura Municipal de Piraquê	450.000,00	9.000,00	-	-	30-dez-13	30-dez-14	1
1	791608/2013	Prefeitura de Abreulândia	600.000,00	12.500,00	-	-	26-dez-13	26-dez-14	1

1	794654/2013	Prefeitura de Pequizeiro	595.200,00	12.200,00	-	-	26-dez-13	26-dez-14	1
1	601059/2007	ITERTINS	695.508,20	69.550,82	-	625.957,42	27-dez-07	26-nov-14	1

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte:SIAFI e SICONV

Quadro 20:Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins			
CNPJ:00.375.972/0001-60		**UG/GESTÃO:**373085/37201	
Situação	**Status**	**Quantidade**	**Valores Globais (R$)**
Instrumentos vigentes	A aprovar	-	-
	A comprovar	3	33.389.944,61
	Total	**3**	**33.389.944,61**
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	2	988.000,00
	A comprovar	8	11.478.508,04
	Total	**10**	**12.466.508,04**

Fonte:SIAFI e SICONV

Tabela XVIII – Convênios com prazo de vigência expirado

Nº do Convênio	Convenente	Término da Vigência	Status	Valor Global
704559/2009	Prefeitura Municipal de Porto Nacional	10/09/2011	A aprovar	149.424,20
733661/2010	Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade	16/07/2012	A aprovar	499.620,29
752973/2010	Prefeitura Municipal de Guarai	16/01/2013	A aprovar	518.046,90
733659/2010	Prefeitura Municipal de Praia Norte	25/01/2012	A aprovar	257.125,28
752969/2010	Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins	01/02/2013	A aprovar	380.681,59
762702/2011	Prefeitura Municipal Muricilândia	06/05/2013	A aprovar	409.000,00
701704/2008	COOPTER	31/12/2011	A aprovar	5.683.570,78
632156/2008	COOPTER	31/12/2011	A aprovar	3.581.039,00
734152/2010	Prefeitura Municipal de Itaguatins	18/07/2012	A comprovar	524.000,00
734068/2010	Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia	10/11/2012	A comprovar	464.000,00
TOTAL				**12.466.508,04**

Fonte:SIAFI e SICONV

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Apesar da Superintendência Regional do Tocantins possuir relativa autonomia orçamentária e financeira, com a execução direta dos pagamento referentes as benfeitorias e sobras de TDA e com efeito do registro automático destes imóveis na contabilidade local, não há até o momento uma rotina contábil de evidenciação individualizada para o registro de registro dos imóveis desapropriados.

Isso decorre basicamente por falta de regulamentação e padronização destes lançamentos em contas próprias do Plano de Contas da União por parte da Coordenação Geral de Contabilidade - DAC do INCRA/Sede. como todas as Superintendências Regionais dependem de procedimentos emanados do INCRA/Sede a fim de evitar que cada Regional contabilize os dados à sua maneira.

Dessa maneira, informa-se que até momento não foi possível realizar o registro dos imóveis desapropriados em contas contábeis pertinentes, de forma a evidenciar a totalidade desses imóveis no Balanço Patrimonial da Autarquia, levando-se em consideração o que determina os subitens 9.2.6; 9.2.6.1; 9.2.6.2 e 9.2.6.3 do Acórdão nº 557/2004 – TCU/Plenário.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber[24]

Demonstração dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, contemplando no mínimo as seguintes informações:

1) A conta 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos , registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o Módulo Cadastro do SNCCI, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua conseqüente baixa contábil no SIAFI.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, que emitirá todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas as dificuldades do Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636,que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas no desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP, ficam estabelecidos critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que os valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" tem valor aproximado de R$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou a Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, nas quais foram apresentados os

[24] Resposta formulada pelo INCRA/Sede

avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Tabela XIX – Plano de ação cobrança crédito instalação

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Fonte: INCRA/Sede

Por fim, é importante frisar que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das Regionais que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta 1.2.2.4.9.10.00, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Credito Instalação - SNCCI e demais procedimentos.

2) A conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

Figura I – Montantes Arrecadados INCRA/2013

Receitas Diretamente Arrecadadas

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código GRU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de ocupação	28804-7	88.758	66.438
250	16001300	Serviços administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	
250	19229900	Outras restituições	28852-7	3.982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens móveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/col. ref. agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de Emprestimos Diversos	48807-0	347.979	589.355
TOTAL				31.004.474	39.704.515

Fonte:INCRA/Sede

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Tabela XX – Cronograma módulo cobrança do título

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/Presidência
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/ Presidência
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/ Presidência

Fonte:INCRA/Sede

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

Há recomendação na Unidade para que todos os atos que resultem em movimentação orçamentária, financeira e patrimonial deverão obrigatoriamente ser comunicados ao setor contábil para os devidos lançamentos contábeis. Vale ressaltar que toda a execução orçamentária, financeira e contábil ocorre pelos sistema oficiais desenvolvidos pelo Governo Federal, dentre eles SIAFI, SICONV, SIASG e SCDP, não existindo margens para registro em desacordo com a padronização requeridas nestes sistemas.

O Setor de Contabilidade da SR(26)TO desenvolve trabalhos preventivos de controle relativos a todos os atos de gestão financeira e patrimonial praticados pelo gestor, principalmente aqueles em que há desembolsos de recursos financeiros.

7.Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 21Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	x				
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	x				

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	x				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	x				
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	x				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	x				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	x				
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	x				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	x				
Análise Crítica:					
LEGENDA **Níveis de Avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

No âmbito da SR(26)TO não há controles sistematizados visando garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Superintendência.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

No âmbito da SR(26)TO não há controles instituídos visando fidedignidade das informações dos registros informatizados do INCRA e corporativos da administração pública federal.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceleiros e dos empréstimos concedidos

Como, até o momento, não houve a efetivação da cobrança de créditos por meio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação, informa-se que no âmbito da SR(26)TO não há controles instituídos para esse tipo de atividade.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Tabela XXI – Dispensas de TCE[25]

Nº do Convênio	Convenente	Situação
703592/2009	Prefeitura Municipal de Araguatins	Inadimplência Efetiva
733661/2010	Prefeitura Municipal de Natividade	Inadimplência Efetiva
734152/2010	Prefeitura Municipal de Itaguatins	Inadimplência Suspensa
734067/2010	Prefeitura Municipal de Tocantínia	Inadimplência Suspensa
734068/2010	Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia	Inadimplência Suspensa
752973/2010	Prefeitura Municipal de Guaraí	Inadimplência Suspensa

Fonte:SIAFI/SICONV

Tabela XXII– TCE Pendente de Instauração[26]

Nº do Convênio	Convenente	Situação
703405/2009	Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins	Inadimplência Efetiva
733665/2010	Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins	Inadimplência Efetiva
752969/2010	Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins	Inadimplência Efetiva

Fonte:SIAFI/SICONV

Tabela XXIII – TCE Instaurada/2013

Processo	Nº do Convênio	Convenente	Causa
54400.001241/2013-15	734152/2010	Prefeitura Municipal de Itaguatins	Irregularidades na documentação exigida p/ prestação de contas; não devolução de saldo; não utilização de recursos da contrapartida do convênio.

Fonte: Planilha Acompanhamento TCE

[25] Artigo nº 6º, inciso I, da IN/TCU/Nº 71/2012

[26] Artigo nº 6º, inciso I, da IN/TCU/Nº 71/2012

8.Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

Acórdão: 5741/2011 – TCU – 1ª Câmara
Item: 9.3.1
Determinação: Em atendimento ao disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.
Situação da determinação:

Como já informado nos Relatório de Gestão dos exercícios de 2011 e 2012, o atendimento da determinação está vinculado à questão da cobrança do Crédito Instalação, que apesar de constar nos normativos desta Autarquia Agrária ainda não foi efetivado de fato.

Registra-se ainda que enquanto não entrar em vigor a cobrança do crédito instalação, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.

Acórdão: 1047/2012– TCU – 1ª Câmara
Item: 1.6.1
Determinação: À Superintendência Regional do INCRA no Estado de Tocantins que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da ciência desta deliberação, conclua, se ainda não o fez, a apreciação da prestação de contas referente ao Convênio nº 700478/2008 (Siafi n. 636.889), firmado com a Cooperativa de Profissionais do Vale do Araguaia - COOPVAG, apresentando a este Tribunal, ao término do prazo, as conclusões obtidas, inclusive quanto à eventual necessidade da instauração de Tomada de Contas Especial, caso necessário.
Situação da determinação:

A SR(26)TO por meio do setor de contabilidade realizou análise contábil da parceria, que resultou em devolução por parte da Convenente de R$ 647.769,28 (seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos). Esse valor está sendo objeto de Tomada de Contas Especial.

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior.

Relatório de Auditoria de Contas : 201203486
Item 1.1.2.1
Descrição: Adeque as metas físicas e financeiras à realidade da Unidade Regional, e promova os ajustes necessários para a compatibilização entre a Programação Operacional e a realidade financeira do órgão.
Situação Atual das recomendações :

O Conselho Diretor da Autarquia estabeleceu Agenda de Gestão para o biênio 2013-2014, que resultou na elaboração de planos para cada Superintendência Regional com a definição dos quadros de metas físicas e créditos orçamentários, aprovados pela Resolução INCRA nº 12, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte. Essa resolução aprovou

os critérios para distribuição de créditos e provisão de limites orçamentários, bem como as metas físicas de cada unidade.

A Resolução Nº 12/2013 com os quadros de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários de cada regional foram disponibilizados para consulta via intranet (Incranet) para avaliação e revisão.

Posteriormente, ocorreram duas revisões dos quadros de metas físicas e créditos orçamentários – 01 em agosto de 2013 e outra em novembro de 2013 – que redefiniram as metas e os créditos de cada Superintendência Regional. As redefinições foram conduzidas pelas diretorias do INCRA/Sede, responsáveis pela gestão e acompanhamento de cada ação.

Tabela XXIV – Ações revisadas no exercício de 2013

Plano Orçamentário	Unidade	Meta Física		Meta Orçamentária	
		Inicial	Revisada	Inicial	Revisada
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral	3.800	2.121	250.000,00	131.667,00
Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel georreferenciado	-	4	-	5.243,00
Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida	2.096,95	1.934,00	184.000,00	169.666,00
Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Famílias homologadas	750	750	267.041,00	177.287,00
Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada	30.185,00	30.500,00	305.000,00	301.850,76
Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Famílias atendidas	469	469	2.074.701,00	3.179.325,00

Fonte: Plano de Ação 2013

Relatório de Auditoria de Contas : 201203486
Item:1.1.3.1
Descrição : Planeje adequadamente as suas aquisições de bens e serviços e somente utilize o CPGF somente para efetuar despesas que, por sua excepcionalidade, não possa se subordinar ao processo normal de aplicação, precedido de licitação ou dispensa, de acordo com os preceitos da Lei 8.666/93.
Situação Atual das recomendações :

Visando atender a recomendação quanto ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), a SR(26)TO concluiu os procedimentos licitatórios visando a aquisição de material de expediente (Processo 54400.001324/2013-12) e cartuchos/tonner para impressoras (Processo 54400.001325/2013-59). Informamos que ainda estão em curso os procedimentos relativos à contratação de empresa especializada em gerenciamento de abastecimento de combustíveis e lubrificantes para os veículos da Sede e Unidades Avançadas (Processo 54400.001334/2013-40), cujas minutas do termo de referência, edital e contrato foram elaboradas e estão sendo revisadas pela Divisão de Administração para encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada, e de empresa especializada para manutenção predial das instalações da Sede e Unidades Avançadas desta Regional (Processo 54400.001335/2013-94), em fase de levantamento dos serviços e materiais.

A SR(26)TO expediu recomendação às divisões e às unidades avançadas sobre o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Por meio do MEMO INCRA/SR-26/TO/G/Nº 22, de 04/02/14, a unidade determinou ao Serviço de Contabilidade o recolhimento dos processos de suprimento de fundo a fim de verificar a regularidade do uso do CPGF e assegurar o cumprimento da norma.

Relatório de Auditoria de Contas : 201203486
Item: 1.1.3.1
Descrição : Atue junto ao MPOG objetivando a disponibilização de servidores provenientes do PGPE- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, haja vista o plano de cargos e salários da Unidade não contemplar competências específicas para área de TI.
Situação Atual das recomendações :

A recomendação está pendente, pois o cumprimento da mesma depende de gestão do INCRA/Sede junto ao MPOG. A Regional por meio dos memorandos de nº 239/INCRA/SR(26)TO/G de 01 de outubro de 2012, nº 411/INCRA/SR(26)TO/G de 20 de dezembro de 2013 e nº 34/INCRA/SR(26)TO/G de 12 de fevereiro de 2014 deu ciência do teor da recomendação ao INCRA/Sede.

Relatório de Auditoria de Contas : 201203486
Item: 1.1.3.1
Descrição : Institua medidas para promover a separação e a coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos na UJ
Situação Atual das recomendações :

A SR(26)TO por meio da Ordem de Serviço/Incra/SR-26/TO/Nº 09, de 27/03/2013, institui a Comissão de Coleta Seletiva e Solidária, também foi implantado no âmbito da sede da Regional a coleta seletiva de material reciclável - papéis e papelões - que são doados para a Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de Palmas ASCAMPA.

A parceria com a Associação prevê ainda a coleta de outros materiais, como plásticos, óleo de cozinha e metais, com a instalação de unidade coletora para depósito dos resíduos gerados na autarquia e nas residências dos servidores, que serão recolhidos periodicamente pelos catadores.

Relatório de Auditoria de Contas : 201203486

Item: 1.1.3.1
Descrição : Adote controles internos adequados e suficientes, de modo a garantir o controle e a cobrança tempestiva das prestações de contas das transferências voluntárias concedidas pela UJ.
Situação Atual das recomendações :

A SR(26)TO criou o Núcleo de Convênios e Parcerias, instituído por meio da Ordem de Serviço/INCRA/SR-26/TO/Nº 05, de 12/02/14, a fim de promover melhor controle e acompanhamento dos processos de convênios em execução ou pendentes de aprovação da prestação de contas, além de ter designado mais contadores para o Serviço de Contabilidade.

Relatório de Auditoria de Contas : 201203486
Item:1.2.1.1
Descrição : Implante um núcleo de acompanhamento e análise das transferências voluntárias concedidas e providencie a oferta de treinamento aos servidores alocados a esse núcleo
Situação Atual das recomendações :

A SR(26)TO criou o Núcleo de Convênios e Parcerias, instituído por meio da Ordem de Serviço/INCRA/SR-26/TO/Nº 05, de 12/02/14, a fim de promover melhor controle e acompanhamento dos processos de convênios em execução ou pendentes de aprovação da prestação de contas, além de ter designado mais contadores para o Serviço de Contabilidade.

Relatório de Auditoria de Contas : 201203486
Item:1.2.1.1
Descrição : Adote medidas gerenciais e de controle interno, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos previstos do art. 7º da IN/TCU Nº 55/2007.
Situação Atual das recomendações :

A SR(26)TO criou o Núcleo de Convênios e Parcerias, instituído por meio da Ordem de Serviço/INCRA/SR-26/TO/Nº 05, de 12/02/14, a fim de promover melhor controle e acompanhamento dos processos de convênios em execução ou pendentes de aprovação da prestação de contas, além de ter designado mais contadores para o Serviço de Contabilidade.

Relatório de Auditoria de Contas : 201109250
Item:2.2.2.1
Descrição : Instituir e manter rotina que permita o acompanhamento desde a instauração até a finalização das Tomadas de Contas Especiais.
Situação Atual das recomendações :.

Relatório de Auditoria de Contas : 201109250
Item:2.2.2.1
Descrição : Recomendar à Comissão de Tomada de Contas Especial, designada pela Portaria/INCRA/SR-26 n.º 091, de 26/11/2010, que promova a conclusão dos trabalhos referentes aos processos 54400.003686/2007, 54400.000969/2004-39 e 54400.3555/2009-76, no prazo máximo de 60 dias, a contar do recebimento do relatório de auditoria.
Situação Atual das recomendações :.

Os processos 54400.003686/2007 e 54400.3555/2009-76 foram concluídos, quanto ao processo de nº 54400.000969/2004-39 o mesmo ainda não foi finalizado.

Relatório de Auditoria de Contas : 201109250
Ítem:3.1.3.1
Descrição : Instituir e manter rotinas que permitam a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet.
Capacitar pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet;
Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de superar óbices na inserção e atualização dos dados dos bens especiais no SPIUnet;
Estabelecer rotina para utilização dos imóveis somente a pessoas autorizadas e fins institucionais.
Situação Atual das recomendações :.

A SR(26)TO por meio da Ordem de Serviço/Incra/SR-26/TO/Nº 84, de 30 de dezembro de 2011designou 01 (um) servidor para realizar a inserção de dados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet. Além disso a Superintendência Regional do Patrimônio da União (SPU) promoveu a capacitação de 02 (dois) servidores no período de 20 e 21 de novembro de 2013, na sede do Serpro, em Palmas (TO).

Relatório de Auditoria de Contas : 201109250
Ítem:4.1.2.1
Descrição : Instituir e manter regras de designação formal de fiscais para cada instrumento pactuado, bem como das atribuições e das formas de acompanhamento; Instituir e manter atualizado o planejamento das fiscalizações atentando para a qualidade dos produtos gerados.
Situação Atual das recomendações :.

A SR(26)TO designa por meio de ordem de serviço, o fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos instrumentos de parcerias e contratos. Em relação às novas parcerias, firmadas em dezembro de 2013, as liberações de recursos serão executadas somente após a análise do processo licitatório e avaliação do projeto básico apresentado pelo ente municipal, com o planejamento, acompanhamento e fiscalização dentro do SICONV, conforme normas vigentes.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:1.2.1.1
Descrição : Estabelecer rotinas de planejamento que assegure a adequação das metas físicas e financeiras à realidade da Unidade Regional, e promova os ajustes necessários para a compatibilização entre a Programação Operacional e a realidade financeira do órgão
Situação Atual das recomendações :.

O Conselho Diretor da Autarquia estabeleceu Agenda de Gestão para o biênio 2013-2014, que resultou na elaboração de planos para cada Superintendência Regional com a definição dos quadros de metas físicas e créditos orçamentários, aprovados pela Resolução INCRA nº 12, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte. Essa resolução aprovou os critérios para distribuição de créditos e provisão de limites orçamentários, bem como as metas físicas de cada unidade.

A Resolução Nº 12/2013 com os quadros de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários de cada regional foram disponibilizados para consulta via intranet (Incranet) para avaliação e revisão.

Posteriormente, ocorreram duas revisões dos quadros de metas físicas e créditos orçamentários – 01 em agosto de 2013 e outra em novembro de 2013 – que redefiniram as metas e os créditos de cada unidade, sob a condução das diretorias do INCRA/Sede, que são responsáveis pela gestão e acompanhamento de cada ação.

Tabela XXV – Ações revisadas no exercício de 2013

Plano Orçamentário	Unidade	Meta Física		Meta Orçamentária	
		Inicial	Revisada	Inicial	Revisada
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral	3.800	2.121	250.000,00	131.667,00
Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel georreferenciado	-	4	-	5.243,00
Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida	2.096,95	1.934,00	184.000,00	169.666,00

Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Famílias homologadas	750	750	267.041,00	177.287,00
Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada	30.185,00	30.500,00	305.000,00	301.850,76
Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Famílias atendidas	469	469	2.074.701,00	3.179.325,00

Fonte: Plano de Ação 2013

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:1.2.2.1
Descrição : Fazer utilização dos indicadores instituídos pelo INCRA/SEDE no acompanhamento da execução das ações de responsabilidade da Superintendência Regional do INCRA
Situação Atual das recomendações :.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:1.2.2.1
Descrição : Realizar capacitação interna acerca dos indicadores institucionalizados com vistas à mensuração e acompanhamento eficiente de suas ações.
Situação Atual das recomendações :.

As recomendações estão pendentes de atendimento, pois a Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA não promoveu capacitação e instrução na SR(26)TO até a presente data, apesar da solicitação contida no MEMO nº 331/INCRA/SR(26)TO/G, de 01/10/13. Registra-se que o cumprimento da recomendação depende do atendimento do pleito por parte do INCRA/Sede. A solicitação foi reiterada por meio do MEMO/INCRA/SR-26/TO/G/Nº 35, de 12/02/14, e por meio do MEMO/INCRA/SR-26/TO/G/Nº 43, de 18/02/14.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:1.2.3.1
Descrição : Estabelecer mecanismos que garantam o atendimento dos critérios estabelecidos pela IN SLTI/MPOG n.º 04/2010, na contratação de Bens e Serviços de TI.
Situação Atual das recomendações :.

A demanda de capacitação da servidora responsável pela área de TI da unidade sobre a IN SLTI/MPOG n.º 04/2010 foi apresentada à Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação do INCRA/Sede-DET, não sendo possível atender no exercício de 2013, em virtude da suspensão da participação de servidores em cursos de capacitação determinada pelo MEMO Nº 252/2013-DA/CIRCULAR, de 31 de junho de 2013. A suspensão ocorreu em razão da execução total dos recursos orçamentários previstos na Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação.

Visando atender a recomendação, a servidora responsável pela área de TI realizou inscrição em curso ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que será realizado no período de 24 a 28 de março de 2014, em Brasília (DF).

A unidade informa também que está instruindo processo 54400.000003/2014-73 para realização de nova licitação para contratação de serviço de internet para as unidades avançadas

de acordo com demanda verificada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação. A instrução encontra-se em fase de cotação de preço de mercado para elaboração do termo de referência.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:2.1.1.1
Descrição : Realizar cadastramento dos Processos Administrativos Disciplinares no CGU-PAD, cujos prazos estabelecidos no art. 4º da Portaria CGU n.º 1.043/2007 encontram-se vencidos.
Situação Atual das recomendações :.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:2.1.1.1
Descrição : Capacitar o servidor designado para a inserção dos dados de PAD no sistema CGU-PAD, bem como estabelecer procedimento para esses registros, de forma que o prazo normativo seja atendido.
Situação Atual das recomendações :.

A unidade capacitou 01 (um) servidor no período do de 26 a 30 de agosto de 2013, em Brasília (DF), com a instrução realizada pela Coordenação de Apoio e Procedimentos Disciplinares (GABT) da Presidência do Incra. Com a capacitação, a SR(26)TO realizou o cadastramento dos processos administrativos disciplinares no CGU-PAD, cujos prazos estabelecidos no art. 4º da Portaria CGU n.º 1.043/2007 já estavam vencidos.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:2.1.1.2
Descrição : Elaborar plano de contingências com vistas a cumprir as recomendações da CGU.
Situação Atual das recomendações :.

A Unidade encaminhou à CGU o Plano de Providências Permanente (PPP) por meio do OFÍCIO INCRA/SR-26/TO/G/Nº 2.534, de 30/10/13 com as ações a serem executadas pela SR(26)TO a fim de cumprir as recomendações do Órgão de Controle. Considerando o compromisso de revisar trimestralmente o plano, enviamos a segunda versão com indicação das recomendações atendidas e das providências pendentes de execução.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:3.1.1.1
Descrição : Planejar adequadamente as aquisições necessárias ao funcionamento da Unidade, promovendo procedimentos licitatórios adequados e tempestivos.
Situação Atual das recomendações :.

Visando atender a recomendação quanto ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), a SR(26)TO concluiu os procedimentos licitatórios visando a aquisição de material de expediente (Processo 54400.001324/2013-12) e cartuchos/tonner para impressoras (Processo 54400.001325/2013-59). Informamos que ainda estão em curso os procedimentos relativos à contratação de empresa especializada em gerenciamento de abastecimento de combustíveis e lubrificantes para os veículos da Sede e Unidades Avançadas (Processo 54400.001334/2013-40), cujas minutas do termo de referência, edital e contrato foram elaboradas e estão sendo revisadas pela Divisão de Administração para encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada, e de

empresa especializada para manutenção predial das instalações da Sede e Unidades Avançadas desta Regional (Processo 54400.001335/2013-94), em fase de levantamento dos serviços e materiais.

A SR(26)TO expediu recomendação às divisões e às unidades avançadas sobre o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Por meio do MEMO INCRA/SR-26/TO/G/Nº 22, DE 04/02/14, a unidade determinou ao Serviço de Contabilidade o recolhimento dos processos de suprimento de fundo a fim de verificar a regularidade do uso do CPGF e assegurar o cumprimento da norma.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Item:4.1.1.1
Descrição : Instituir rotinas de controles internos que garanta a inserção de dados dos imóveis locados de terceiros no SPIUnet
Situação Atual das recomendações :.

A SR(26)TO por meio da Ordem de Serviço/Incra/SR-26/TO/Nº 84, de 30 de dezembro de 2011designou 01 (um) servidor para realizar a inserção de dados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet. Além disso a Superintendência Regional do Patrimônio da União (SPU) promoveu a capacitação de 02 (dois) servidores no período de 20 e 21 de novembro de 2013, na sede do Serpro, em Palmas (TO).

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem: 6.2.1.1
Descrição : Implementar rotinas para verificar e monitorar se os atos de gestão estão em conformidade com as normas estabelecidas às transferências voluntárias.
Situação Atual das recomendações :.

A SR(26)TO solicitou à Auditoria do INCRA/Sede orientação e instrução visando implementar rotinas para verificar e monitorar se os atos de gestão estão em conformidade com as normas estabelecidas sobre transferências voluntárias. As solicitações foram efetuadas por meio do MEMO Nº 331/INCRA/SR-26(TO)/G, de 1º/10/2013, e por meio do MEMO/INCRA/SR-26/TO/G/Nº 35, de 12/02/2014.

Apesar do não atendimento por parte da Auditoria do INCRA/Sede até a presente data, a unidade adotou medidas internas no Serviço de Contabilidade com a designação de mais dois contadores aprovados no concurso público de 2010 e determinou a criação do Núcleo de Convênios e Parcerias, instituído por meio da Ordem de Serviço/Incra/SR-26/TO/Nº 05, de 12/02/14, para promover melhor controle e acompanhamento dos processos de convênios

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Item:6.2.1.1
Descrição : Estabelecer procedimentos de fiscalizações físicas e presenciais suficientes com vistas a atestar a adequada execução do objeto.
Situação Atual das recomendações :.

Os procedimentos inerentes às fiscalizações dos novos convênios serão planejados, acompanhados e fiscalizados dentro do SICONV em conformidade com o atual normativo. A unidade determinou ainda ao Serviço de Infraestrutura, responsável pelos convênios, que apresente cronograma de fiscalização das novas parcerias, conforme determinado pelo MEMO/INCRA/SR-26/TO/G/Nº 21, de 04/02/14.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Item:6.2.1.1
Descrição : Apurar a responsabilidade administrativa do servidor responsável pela liberação de recursos para convenente com inadimplência junto ao CAUC.
Situação Atual das recomendações :.

A SR(26)TO instaurou processo administrativo, 54400.002116/2013-22, com manifestação dos envolvidos no ato, aguardando manifestação da Procuradoria Federal Especializada do Incra sobre as providências a serem adotadas pela Regional.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Item:6.2.1.1
Descrição : Adotar procedimentos administrativos prévios a instauração de tomada de contas especial, com vistas ao ressarcimento do dano patrimonial identificado.
Situação Atual das recomendações :.

A engenharia da SR(26)TO constatou em vistoria possível dano ao erário, sendo o ente municipal notificado acerca do fato para devolução ao erário. O ente municipal ingressou com novo pedido de medição, com a realização de nova vistoria do Incra que ratificou a não execução do objeto. A unidade notificou novamente a convenente relação à devolução de valores, sendo que a mesma se manifestou pedindo junto à Regional parcelamento do débito apurado.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:6.2.1.2
Descrição : Estabelecer procedimentos para a celebração de convênios em que sejam feitos estudos técnicos que permitam aferir a capacidade de execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no § 3º do artigo 1º e do artigo 19º, inciso V da Portaria Interministerial MPOG/CGU Nº 507/2011.
Situação Atual das recomendações :.

No âmbito da SR(26)TO, não são feitos estudos técnicos preliminares para aferir a capacidade técnica dos entes municipais em que firmamos parcerias, contudo análises são feitas depois de apresentadas as propostas, pois essa análise é feita a partir dos seguintes elementos:

- Projeto Básico, o qual deve ser apresentado pelo ente municipal constando todos os elementos necessários, tendo que ser analisado e aprovado por equipe técnica da autarquia;
- Considerando que a execução, nas nossas parcerias, é indireta, o ente municipal precisa comprovar que possui comissão permanente de licitação, pois terá que contratar empresa para a execução do objeto apresentado, e esta é que terá que apresentar capacidade operacional para isso;
- O ente municipal declara, em campo próprio na sua proposta do SICONV, que possui capacidade técnica e gerencial.

Apresentados esses elementos, consideramos suficiente para comprovar que o ente municipal apresenta capacidade técnica para a execução do objeto visto que não podemos exigir mais do que o necessário para comprovação.

Em relação ao parágrafo 3º do artigo 1º da Portaria Interministerial nº 507/2011 , há a citação de outra exigência, além da capacidade técnica: a de que o objeto esteja relacionado com suas atividades. Obviamente, a execução de obras no perímetro do município está entre as atribuições de um ente municipal.

Ítem:6.2.1.2
Descrição : Nos procedimentos a serem instituídos, prever o detalhamento adequado do Plano de Trabalho do convênio, especificando os projetos de assentamentos beneficiados e a descrição e quantitativo de obras por localidade.
Situação Atual das recomendações :.

Os Planos de Trabalho são apresentados pelo SICONV e este, sem que haja um detalhamento mínimo, impede o seu envio para a concedente para análise. Apesar disso, nos convênios firmados no exercício de 2013 e em alguns firmados em exercícios anteriores, a parceria foi assinada sem que houvesse a apresentação/aprovação do Projeto Básico.

Esse procedimento está amparado no artigo 37 da Portaria Interministerial nº 507/2011, in verbis:

> *Art. 37. Nos convênios, o projeto básico ou o termo de referência deverá ser apresentado antes da celebração do instrumento, sendo facultado ao concedente exigi-lo depois, desde que antes da liberação da primeira parcela dos recursos.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º O projeto básico ou o termo de referência deverá ser apresentado no prazo fixado no instrumento, prorrogável uma única vez por igual período, a contar da data da celebração, conforme a complexidade do objeto.*
>
> *§ 3º O prazo de que trata o § 2º não poderá ultrapassar 18 (dezoito) meses, incluída a prorrogação, se houver.*
>
> *§ 4º O projeto básico ou o termo de referência será apreciado pelo concedente e, se aprovado, ensejará a adequação do Plano de Trabalho*
>
> *§ 5º Constatados vícios sanáveis no projeto básico ou no termo de referência, estes serão comunicados ao convenente, que disporá de prazo para saná-los.*
>
> *§ 6º Caso o projeto básico ou o termo de referência não seja entregue no prazo estabelecido no parágrafo anterior ou receba parecer contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção do convênio, caso já tenha sido assinado.*

Entretanto, essa solução pode gerar um fato: não há como definir quantitativos exatos no Plano de Trabalho antes da apresentação e aprovação do Projeto Básico. Quando esse documento técnico estiver apresentado e aprovado, devem ser procedidas as adequações no Plano de Trabalho e este conterá, de forma exata, citando Projetos de Assentamento, quilômetros a serem implantados ou recuperados, dentre outras informações, os locais e quantitativos referentes ao objeto que serão executados. A previsão dessa possibilidade é feita pela norma, conforme § 4º do mesmo artigo 37.

Não havendo a apresentação desse documento dentro dos prazos estabelecidos, a legislação exige a extinção da parceria, bem como também exige que não se libere a primeira parcela antes da aprovação do referido documento, excetuando-se a hipótese dessa parcela ser para financiar a confecção do Projeto (§ 7º do artigo 37 Portaria Interministerial nº 507/2011).

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:6.2.1.3
Descrição : Estabelecer mecanismos de controle que garantam o acompanhamento tempestivo dos atos de procedimentos licitatórios formalizados para execução do objeto conveniado.
Situação Atual das recomendações :.

Em relação às novas parcerias, firmadas em dezembro de 2013, as liberações de recursos serão executadas somente após a análise do processo licitatório e avaliação do projeto básico apresentado pelo ente municipal, com acompanhamento e fiscalização dentro do SICONV, conforme normas vigentes.

No exercício de 2013, a autarquia firmou convênios relacionados a seguir, que serão monitorados, acompanhados e fiscalizados pelo Núcleo de Convênios e Parcerias, criado pela Ordem de Serviço/Incra/SR-26/TO/Nº 05, de 12/02/14.

Tabela XXVI – Convênios firmados no exercício de 2013

Ano	Nº do convênio	Proponente	Início da vigência	Fim da vigência
2013	787118	Associação de Apoio da Escola Família Agrícola	31/12/2013	31/12/2016
2013	787117	Associação de Apoio da Escola Família Agrícola	31/12/2013	31/12/2016
2013	791157	Prefeitura de Divinópolis do Tocantins	26/12/2013	26/12/2014
2013	795793	Prefeitura de Palmas	31/12/2013	31/12/2017
2013	791154	Prefeitura de Piraquê	30/12/2013	30/12/2014
2013	791608	Prefeitura de Abreulândia	26/12/2013	26/12/2014
2013	794654	Prefeitura de Pequizeiro	26/12/2013	26/12/2014
2013	794298	Prefeitura de Araguacema	30/12/2013	30/12/2014

Fonte: SIAFI/SICONV

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:6.2.1.4
Descrição : Efetuar análise das prestações de contas de acordo com o cronograma estabelecido pela presidência do Incra, por meio da Portaria nº 167/12, de 09/03/12.
Situação Atual das recomendações :.

A Autarquia implantou o Núcleo de Convênios e Parcerias, instituído por meio da Ordem de Serviço/Incra/SR-26/TO/Nº 05, de 12/02/14, para promover melhor controle e acompanhamento dos processos de convênios em execução ou pendentes de aprovação da prestação de contas.

Relatório de Auditoria de Contas : 201305880
Ítem:6.2.1.5
Descrição : Estabelecer práticas de Planejamento de fiscalização dos objetos dos convênios, conforme estabelecido nos planos de trabalho das transferências voluntárias.
Situação Atual das recomendações :.

A Autarquia implantou o Núcleo de Convênios e Parcerias, instituído por meio da Ordem de Serviço/Incra/SR-26/TO/Nº 05, de 12/02/14, para promover melhor controle e acompanhamento dos processos de convênios em execução ou pendentes de aprovação da prestação de contas, além de ter designado mais contadores para o Serviço de Contabilidade.

9. Ouvidoria

A Ouvidoria Agrária Regional do Incra no Estado do Tocantins/OAR-TO foi criada em 2010 para promover o monitoramento das situações de tensão e conflitos no campo a fim de conhecer as realidades internas e externas relacionadas a cada caso, diagnosticando as causas de modo a subsidiar as autoridades competentes na tomada de decisões.

O objetivo de suas ações é prevenir e mediar conflitos agrários, sendo que os mais comuns no Estado são os relativos à disputa pela posse da terra. Registra-se que no trabalho de prevenção, busca-se encaminhar as reivindicações de trabalhadores rurais para serem atendidas antes de se transformarem em conflito aberto, enquanto a mediação é utilizada quando o conflito já se instalou e se busca a resolução do mesmo.

Na execução de suas atividades, a OAR/TO busca articulação com diversos órgãos públicos e organizações de trabalhadores visando prevenir os conflitos agrários coletivos, bem como de evitar o uso da violência contra os trabalhadores rurais.

Quando os conflitos se tornam violentos, com a presença de armas, ameaças ou agressões, solicitamos ação da Polícia Militar Agrária ou da DERCA - Delegacia Especializada na Repressão de Conflito Agrário, que é a principal parceira da OAR/TO.

9.1 Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo

O público da OAR-TO é composto majoritariamente por trabalhadores rurais. Porém, atende-se, também, proprietários de imóveis rurais, advogados e outros profissionais que buscam o INCRA e o MDA.

Os atendimentos são feitos diariamente, por meio de contato pessoal na sala da Ouvidoria ou por telefone. No exercício de 2013 foram recepcionados 518 (quinhentos e dezoito) documentos, conforme abaixo:

Tabela XXVII – Documentos Recepcionados OAR/TO

Tipo de Comunicação	Quantidade
Email	400
Fax	50
Memorando	6
Ofício	62
Total	**518**

Fonte: Relatório Atividades OAR/TO

Também, no exercício de 2013 foram expedidos 328 (trezentos e vinte e oito) documentos, conforme descrição na planilha abaixo:

Tabela XXVIII - Documentos Expedidos pela OAR/TO

Tipo de documento	Quantidade
Email	240
Fax	0
Memorando	64
Ofício	24
Total	**328**

Fonte: Relatório de Atividades OAR/TO

Além disso, foram recepcionadas por telefone 36 (tinta e seis) denúncias. A maioria delas estavam relacionadas com ameaças e reclamações relacionadas à demora no atendimento por parte do INCRA e do Programa Terra Legal.

Após análise individual de cada documento recepcionado pela OAR-TO, são realizados os devidos encaminhamentos para resolução junto ao órgão público responsável ou busca-se o apoio da Ouvidoria Agrária Nacional, se necessário.

Atividades públicas realizadas pela OAR/TO

No exercício foram realizadas várias reuniões com Sindicato de Trabalhadores Rurais, associações, acampamentos, grupos de posseiros, além de órgãos públicos como a Defensoria Pública, Ministérios Públicos Federal e Estadual.

Além disso foram realizadas Audiências Públicas convocadas pelo Ministério Público Federal/MPF, Defensoria Pública e INCRA, conforme descrito abaixo:

- Audiência Pública realizada em Campos Lindos convocada pelo MPF para discutir a situação dos posseiros da Serra do Centro, com participação cerca de 200 pessoas;
- Audiência Pública realizada em Palmas convocada pelo MPF para discutir as reivindicações dos trabalhadores rurais do Acampamento Sebastião Bezerra com participação de cerca de 300 pessoas;
- Audiência Pública realizada em Filadélfia convocada pela Defensoria Pública do Estado para discutir a situação dos Quilombolas do Grotão com participação de cerca 50 pessoas.
- Audiência Pública realizada em Araguaína convocada pelo INCRA para discutir as reivindicações dos trabalhadores rurais daquela região, com participação de cerca 700 pessoas.

Além disso, foram realizadas diversas reuniões para, conforme descrito abaixo:

Tabela XXIX - Reuniões OAR/TO

Público	Quantidade
Acampamentos	19
Comunidades Quilombolas	30
Áreas de Posseiros	23
Assentamentos	4
Reassentamento	1
TOTAL	**77**

Fonte: Relatório de Atividades OAR/TO

No ano de 2013, ocorreram 03 (três) reintegrações de posse com despejos referente aos imóveis Fazenda Santa Rita, Vargem Grande e do Valtinho, todos localizados em Palmas. Não obstante a isso, é importante registrar que por meio do atuação conjunta da OAR-TO, Defensoria Pública, advogados particulares, MPF, INCRA, AGU e Programa Terra Legal foram evitados despejos de trabalhadores rurais em várias áreas do Estado, conforme descrito na Planilha abaixo:

Imóvel	Município	Famílias
Gleba Boa Esperança	Araguaína/Babaçulândia	620
Fazenda Morada Nova	Augustinópolis	9

Fazenda Chaparral	Araguaína/Nova Olinda	47
Fazenda Chaparral	Araguaína	42
TOTAL		

Fonte: Relatório Atividades OAR/TO

10.Correição

No âmbito da Autarquia a atividade correcional é exercida de forma descentralizada, dado que são autoridades instauradoras: o Presidente do INCRA, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla no INCRA/Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.[27]

Já no âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.[28]

É importante registrar que o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante a isso, no Planejamento da Autarquia para o biênio 2014/2015, consta no Plano de Projetos Estratégicos a implantação de uma Unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a

---

[27]Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;

II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;

III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;

IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;

V. controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;

VI. buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;

VII. manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;

VIII. controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões,constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e

IX. outras atividades compatíveis com suas atribuições.

[28] Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

Pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/Nº 191, de 30.06.2009[29], foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

No tocante a instauração de procedimentos disciplinares, no âmbito da SR(26)TO, 08 (oito) processos demandam a instauração imediata de comissões disciplinares, conforme pareceres da PFE/TO, enquanto outros sete estão em fase de complementação processual.

Devido às deficiências de estrutura e pessoal a SR(26)TO conta com 02 servidores para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD, o que vem gerando dificuldades em manter os dados atualizados no sistema. Não obstante isso, a Unidade tem se esforçado para registrar e manter atualizadas as informações no - CGU-PAD. Na tabela abaixo, demonstra-se os processos cadastrados no CGU-PAD.

Tabela XXX– Processo Cadastrados no CGU-PAD

Tipo de Processo	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	24
Total de Sindicâncias	17
Total	**41**

Fonte: Relatório de Procedimentos Instaurados/CGU/PAD (07/03/2014)

Tabela XXXI –Processo Cadastrados no CGU-PAD

Nº do Processo	Tipo de Processo
54000.000391/2011-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
540000007802011-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
540000015022009-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
540000015062009-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
540000021292009-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
540000021342009-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
541500027782007-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000002802005-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000004762009-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000006672008-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000012492008-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000013242010-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

[29] Portaria INCRA/P/n° 191 de 30 de junho de 2009.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

544000014182010-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000014192010-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000017742008-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000018142011-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000019062011-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000019312011-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000019312011-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000019682013-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000020262005-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000021062010-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000023482010-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
544000033032007-00	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
540000003922011-00	Sindicância
540000003932011-00	Sindicância
540000016662010-00	Sindicância
54400.000290/2010-00	Sindicância
544000003902004-00	Sindicância
544000007912005-00	Sindicância
544000010842004-00	Sindicância
544000011482010-00	Sindicância
544000016992013-00	Sindicância
544000018112011-00	Sindicância
544000018122011-00	Sindicância
544000018132011-00	Sindicância
544000019182011-00	Sindicância
544000019682013-00	Sindicância
544000019732013-00	Sindicância
544000023472010-00	Sindicância
544000024392011-00	Sindicância

Fonte: Relatório de Procedimentos Instaurados/CGU/PAD (07/03/2014)